

PMDFCI PORTALEGRE

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA
DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CADERNO II

PLANO DE ACÇÃO

2015



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL



ÍNDICE GERAL

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)	4
1.1. Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	4
1.2. Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Gestão Territorial	5
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS	7
2.1. Modelos de Combustíveis Florestais	7
2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal	14
2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal	14
2.2.2. Risco de Incêndio Florestal	15
2.3. Prioridades de Defesa	16
3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI	17
3.1. Tipologia do Concelho	17
3.2. Objectivos e Metas do PMDFCI	17
4. EIXOS ESTRATÉGICOS	18
4.1. 1º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	18
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)	19
a) Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	19
b) Rede Viária Florestal	23
c) Rede de Pontos de Água	24
d) Silvicultura no Âmbito da DFCI	25
4.1.2. Planeamento das Acções Referentes ao 1º Eixo Estratégico	26
a) Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA	26
b) Rede de FGC e MPGC	29
c) RVF	31
d) RPA	31
e) Metas e Indicadores	32
f) Orçamentos e Responsáveis	33
4.2. 2º Eixo Estratégico – Redução da Incidência dos Incêndios	34
4.2.1. Avaliação	34
a) Comportamentos de Risco	34
b) Fiscalização	35
4.2.2. Planeamento das Acções Referentes ao 2º Eixo Estratégico	36
a) Sensibilização	36



b) Fiscalização	37
c) Metas e Indicadores	38
d) Orçamentos e Responsáveis	39
4.3. 3º Eixo Estratégico – Melhoria da Eficácia do Ataque e das Gestão dos Incêndios	40
4.3.1. Avaliação	40
a) Vigilância e Detecção	40
b) 1ª Intervenção	42
c) Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio	45
4.3.2. Planeamento das Acções Referentes ao 3º Eixo Estratégico	46
a) Metas e Indicadores	46
b) Orçamentos e Responsáveis	47
4.4. 4º Eixo Estratégico – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas	48
4.4.1. Avaliação	48
a) Estabilização de Emergência e Reabilitação de Povoamentos	48
4.4.2. Planeamento das Acções Referentes ao 4º Eixo Estratégico	49
a) Estabilização de Emergência e Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais	49
4.5. 5º Eixo Estratégico – Adopção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	53
4.5.1. Avaliação	53
a) Formação	53
4.5.2. Planeamento das Acções Referentes ao 5º Eixo Estratégico	54
a) Organização SDFCI	54
5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI	57
5.1. Orçamento Total	57
6. ANEXOS – CARTOGRAFIA	58



1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

1.1. ENQUADRAMENTO DO PMDFCI NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) tem como objectivo a operacionalização a nível local e municipal das normas contidas na legislação DFCI, em concreto o Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, com a recapitulação do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, e a legislação complementar, como o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio.

Ocupando cerca de 50% da área total do concelho, os espaços florestais assumem um papel preponderante no ordenamento do território, bem como no desenvolvimento económico e na preservação ambiental, sendo por isso fundamental para o futuro dos espaços florestais do concelho de Portalegre a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável que permita a valorização e protecção deste património.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), implementa, ao nível municipal, as linhas orientadoras traçadas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assentam em cinco eixos de actuação:

- Eixo 1** – Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;
- Eixo 2** – Reduzir a incidência dos incêndios;
- Eixo 3** – Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Eixo 4** – Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
- Eixo 5** – Adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Portalegre, tem um horizonte de planeamento que vai de 2015 a 2019, e descreve as medidas necessárias que asseguram as premissas da Defesa da Floresta Contra Incêndios, sendo elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta.



1.2. ENQUADRAMENTO DO PMDFCI NO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL

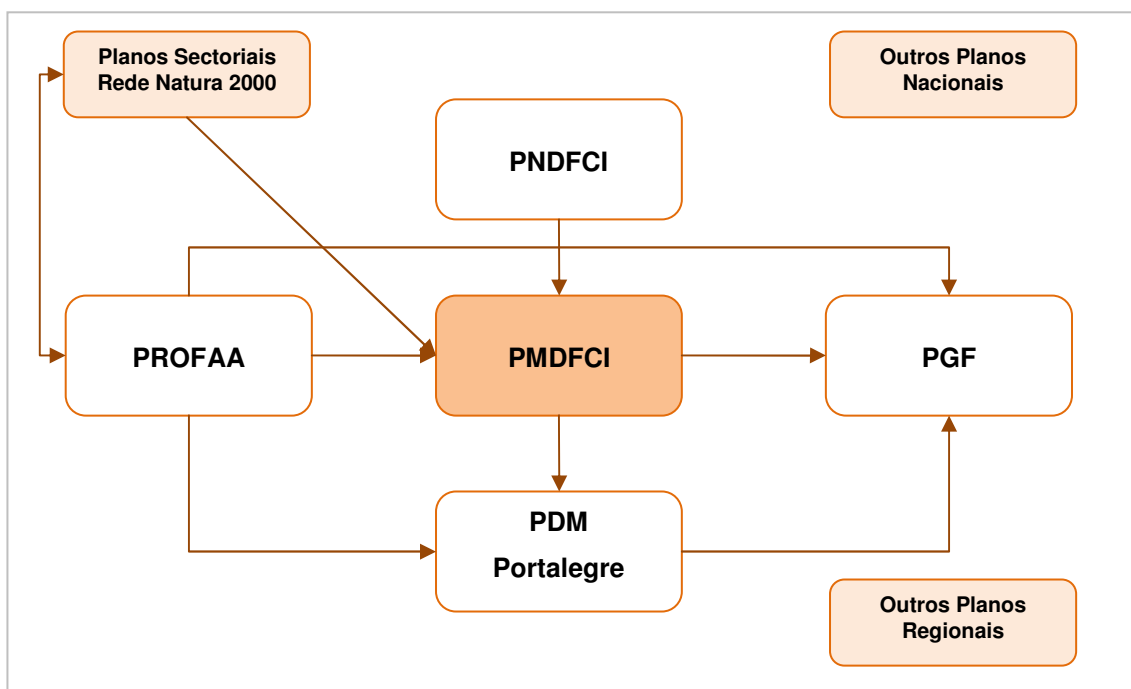
Apoiado na sua função operacional, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios está estruturado de acordo com o guia técnico da então Autoridade Florestal Nacional (AFN), actual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), bem como pelo Despacho n.º 4345/2012, de 27 de Março, sendo possível a sua permanente actualização, de modo a se garantir a melhoria contínua das medidas de prevenção e combate a incêndios florestais, bem como o reforço da coordenação das entidades públicas e privadas com responsabilidade na gestão das áreas florestais municipais.

Neste sentido, o principal objectivo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é a identificação dos riscos e ameaças que os incêndios florestais podem representar para a população e património do concelho de Portalegre. Tem ainda como objectivo a concepção de um programa coerente de medidas preventivas e mitigadoras deste tipo de ocorrências.

Neste contexto, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios propõe a implementação de acções de natureza estrutural de curto, médio e longo prazo para a gestão e preservação do património florestal, pois o controlo do risco de incêndio passa essencialmente pela implementação de uma gestão sustentável dos espaços florestais. Assim o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deve ser entendido como uma ferramenta de desenvolvimento económica e social.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Portalegre foi elaborado em consonância com outros planos de incidência regional e nacional, como o Plano Director Municipal (PDM), o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROFAA), dos Planos de Gestão Florestal (PGF) aprovados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e dos Planos Sectoriais da Rede Natura 2000 (PSRN 2000), como consta na **Figura n.º 1**.

Figura n.º 1 – Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Portalegre no Sistema de Gestão Territorial



Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

A elaboração e aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é de carácter obrigatório, sendo as entidades competentes pela fiscalização da correcta aplicação do mesmo, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a Câmara Municipal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A infracção das disposições do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios pode ser punida com coima de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, com a republicação do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.

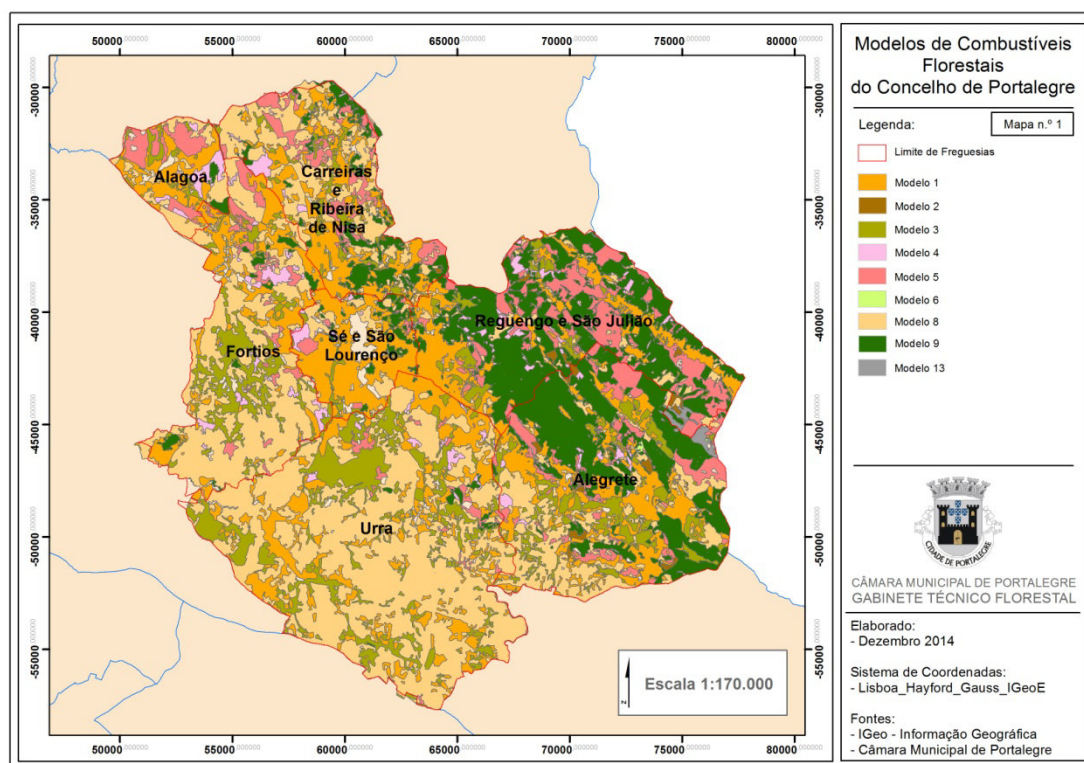
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M..

Esta metodologia foi aplicada ao concelho de Portalegre, pelo trabalho: Elaboração da carta de Combustíveis Florestais – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Câmara Municipal de Portalegre, de Guiomar, N., e obteve-se a carta representada na **Figura n.º 2**.

Figura n.º 2 – Modelos de Combustíveis Florestais do Concelho de Portalegre



Os modelos foram ainda classificados, em quatro classes de Velocidade de Propagação, Intensidade da Frente, Ignição do Copado e Dificuldade de Rescaldo, em três ambientes de fogo (baixo, médio e alto).

Figura n.º 3 – Velocidade de Propagação em Ambiente de Fogo Baixo

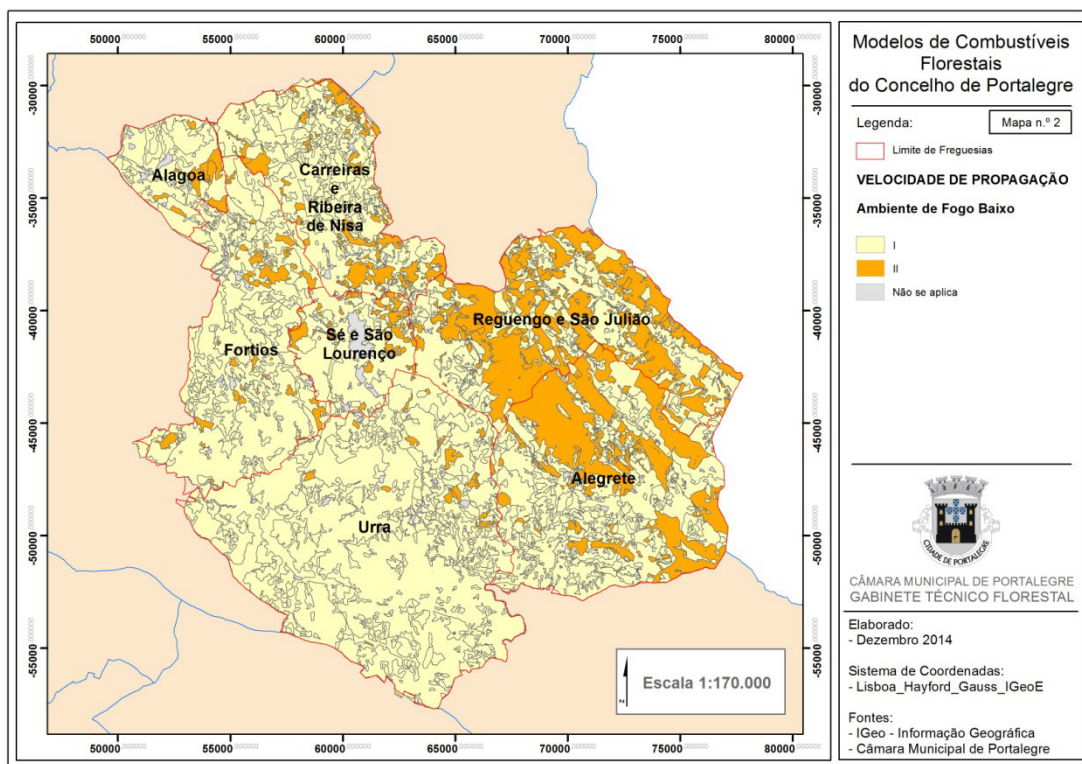


Figura n.º 4 – Velocidade de Propagação em Ambiente de Fogo Médio

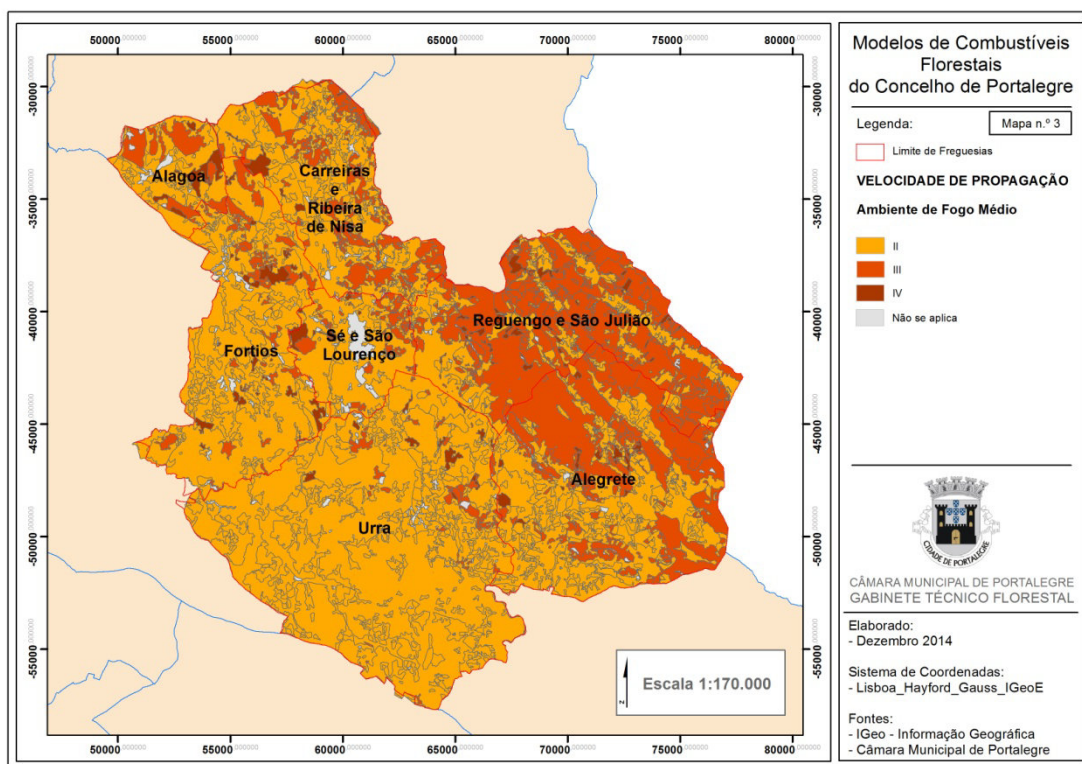


Figura n.º 5 – Velocidade de Propagação em Ambiente de Fogo Alto

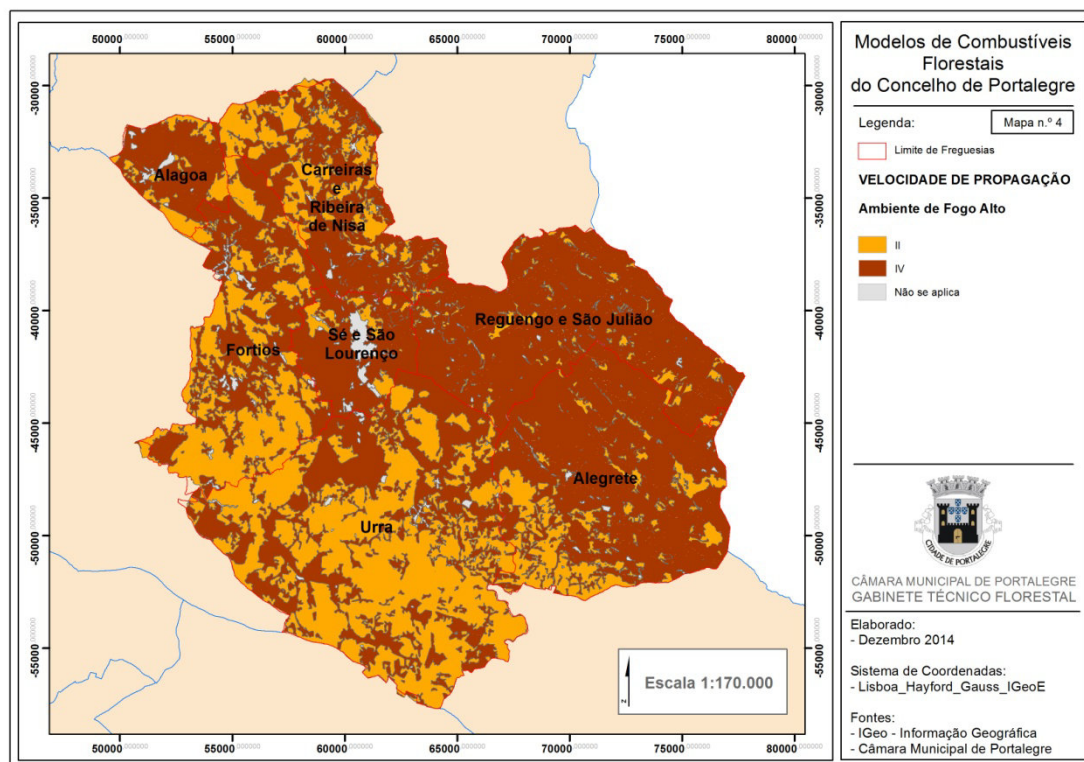


Figura n.º 6 – Intensidade da Frente em Ambiente de Fogo Baixo

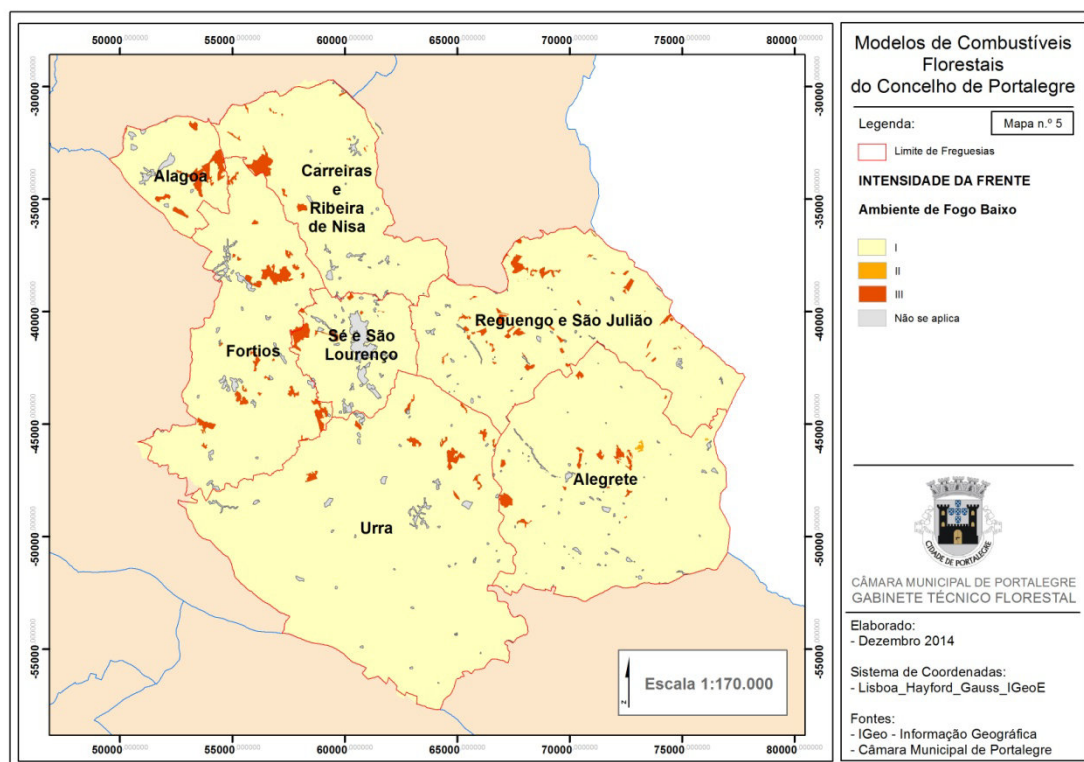


Figura n.º 7 – Intensidade da Frente em Ambiente de Fogo Médio

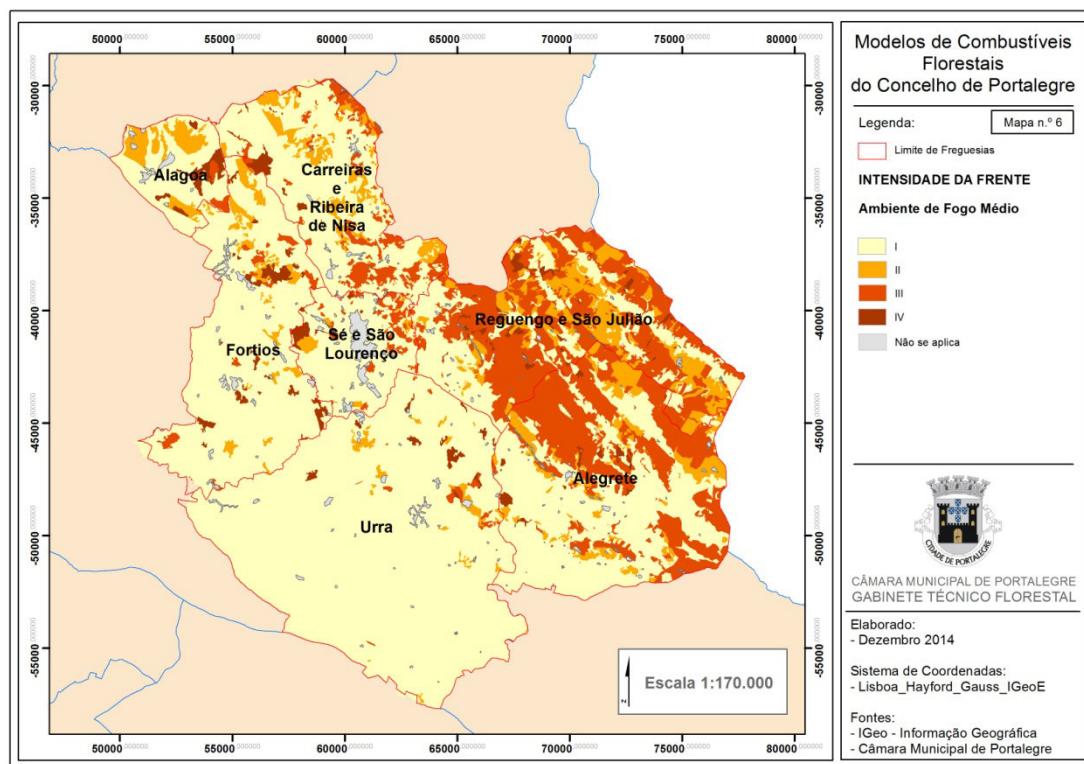


Figura n.º 8 – Intensidade da Frente em Ambiente de Fogo Alto

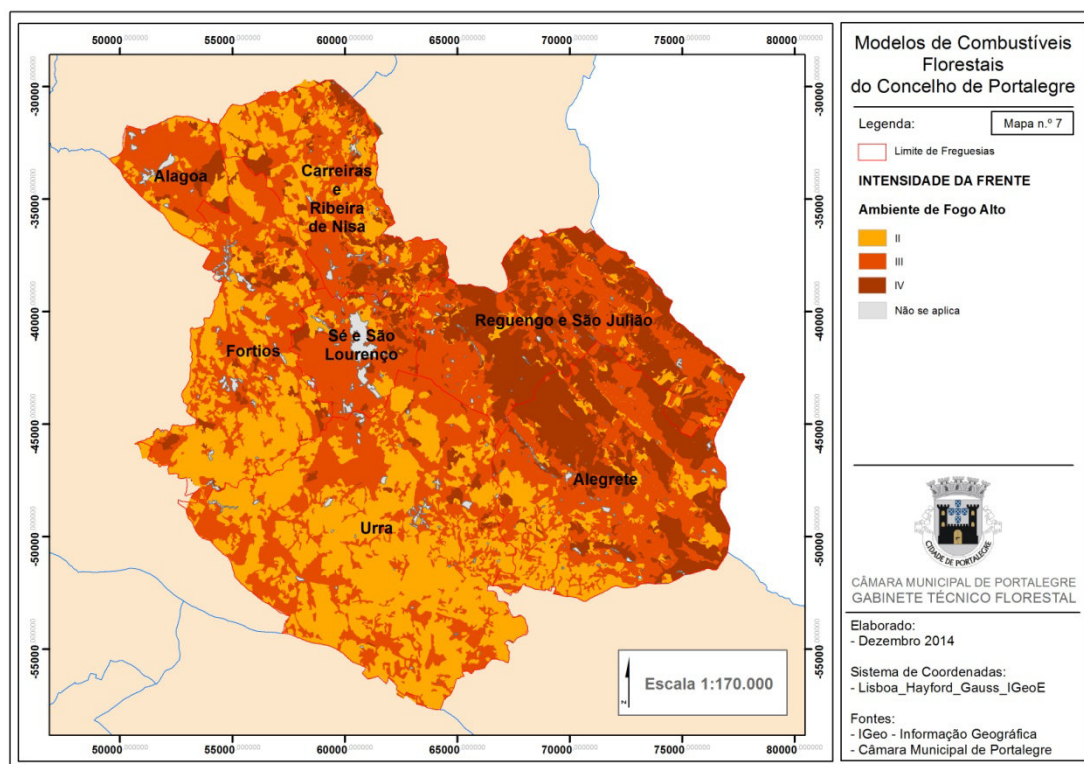


Figura n.º 9 – Ignição do Copado em Ambiente de Fogo Baixo

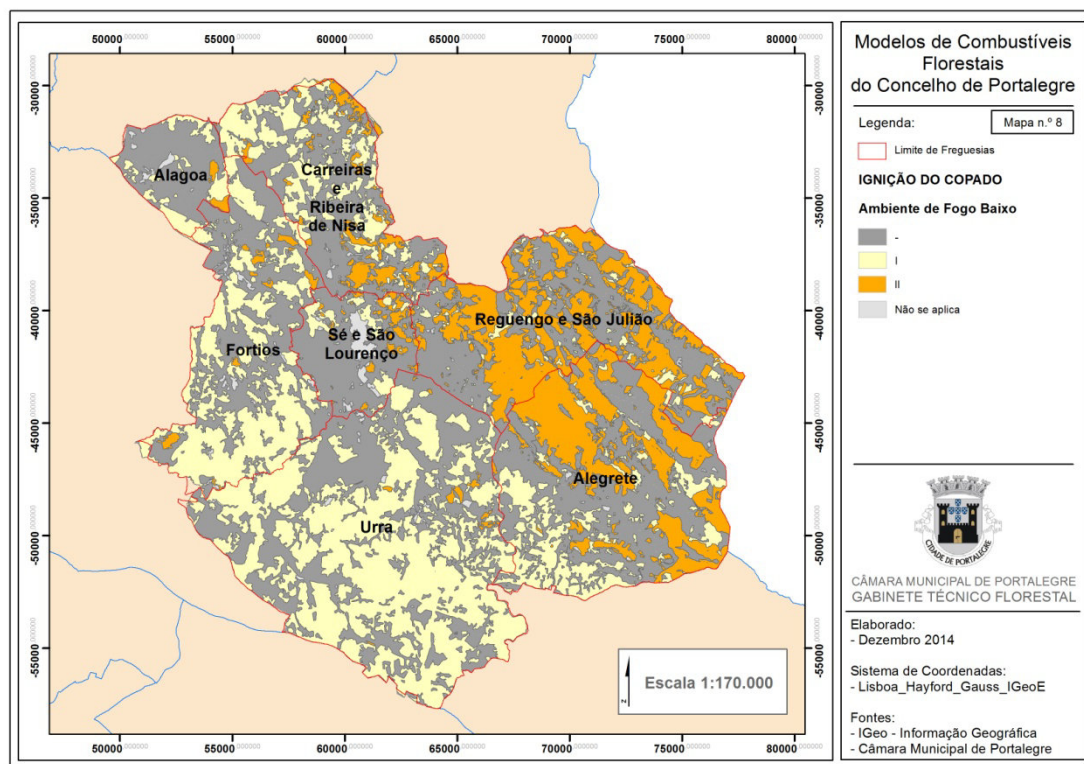


Figura n.º 10 – Ignição do Copado em Ambiente de Fogo Médio

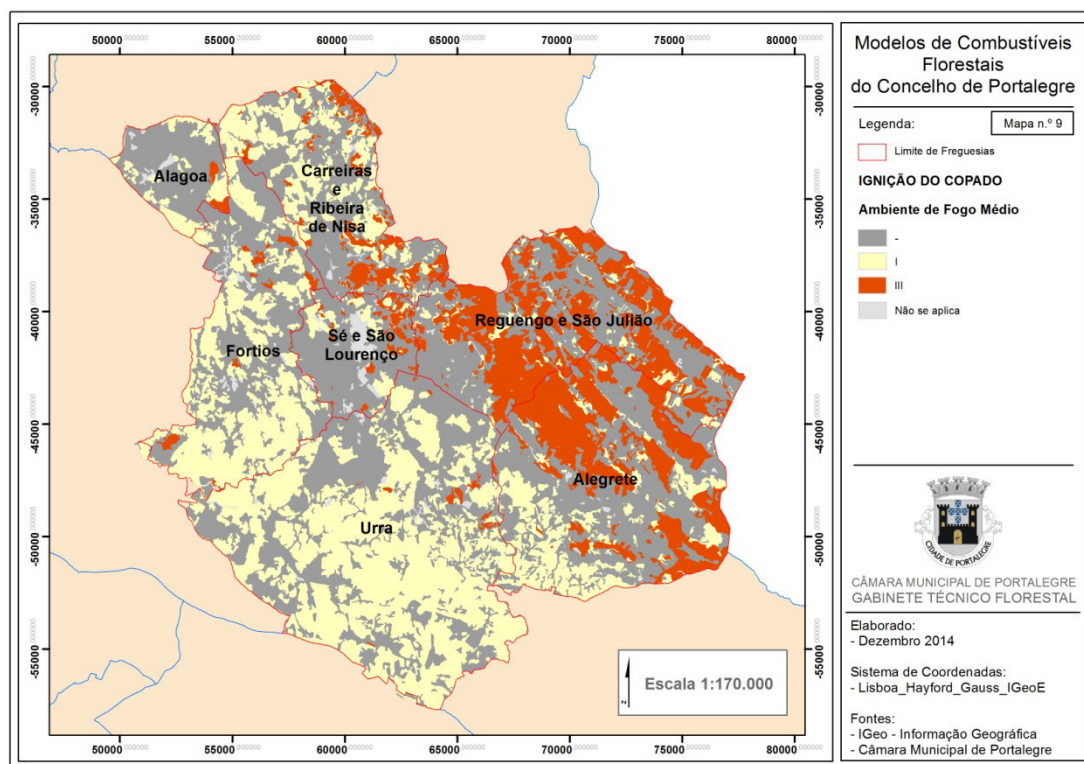


Figura n.º 11 – Ignição do Copado em Ambiente de Fogo Alto

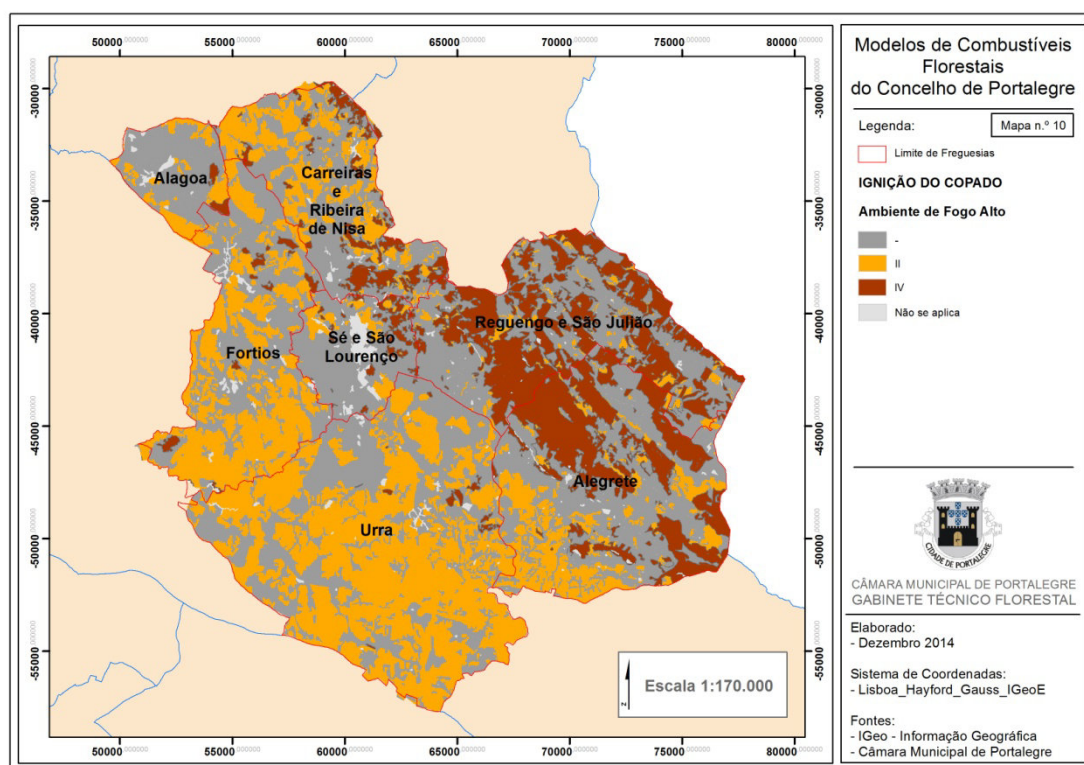


Figura n.º 12 – Dificuldade de Rescaldo em Ambiente de Fogo Baixo

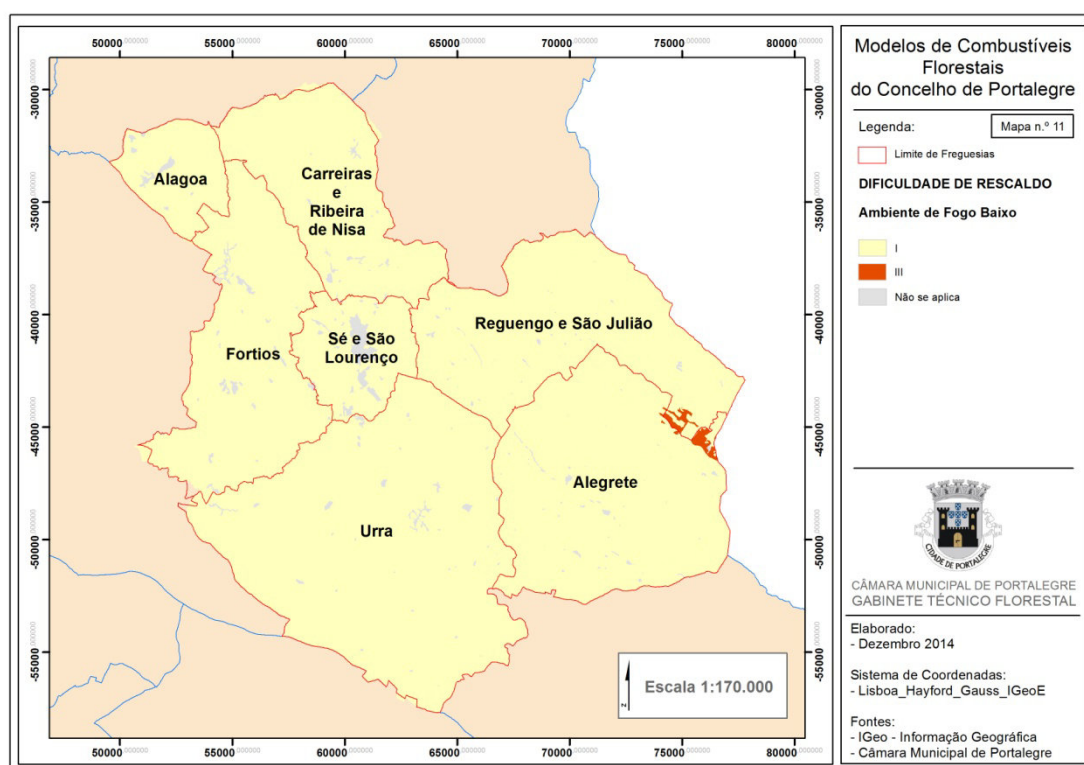


Figura n.º 13 – Dificuldade de Rescaldo em Ambiente de Fogo Médio

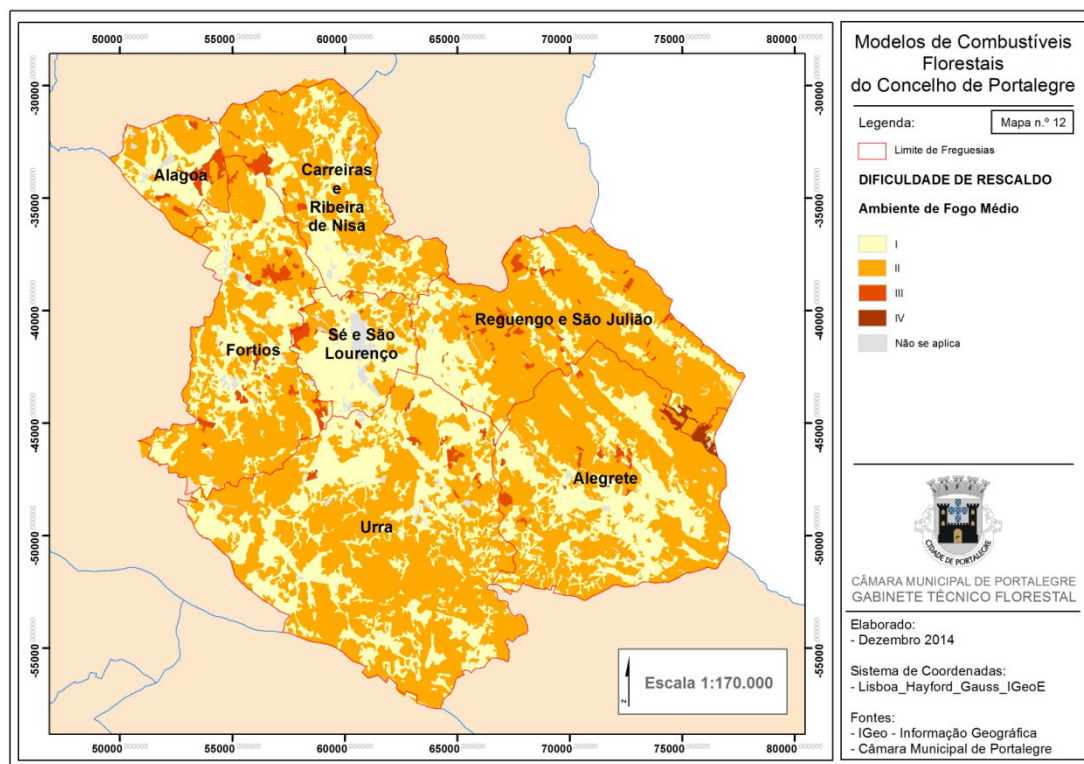
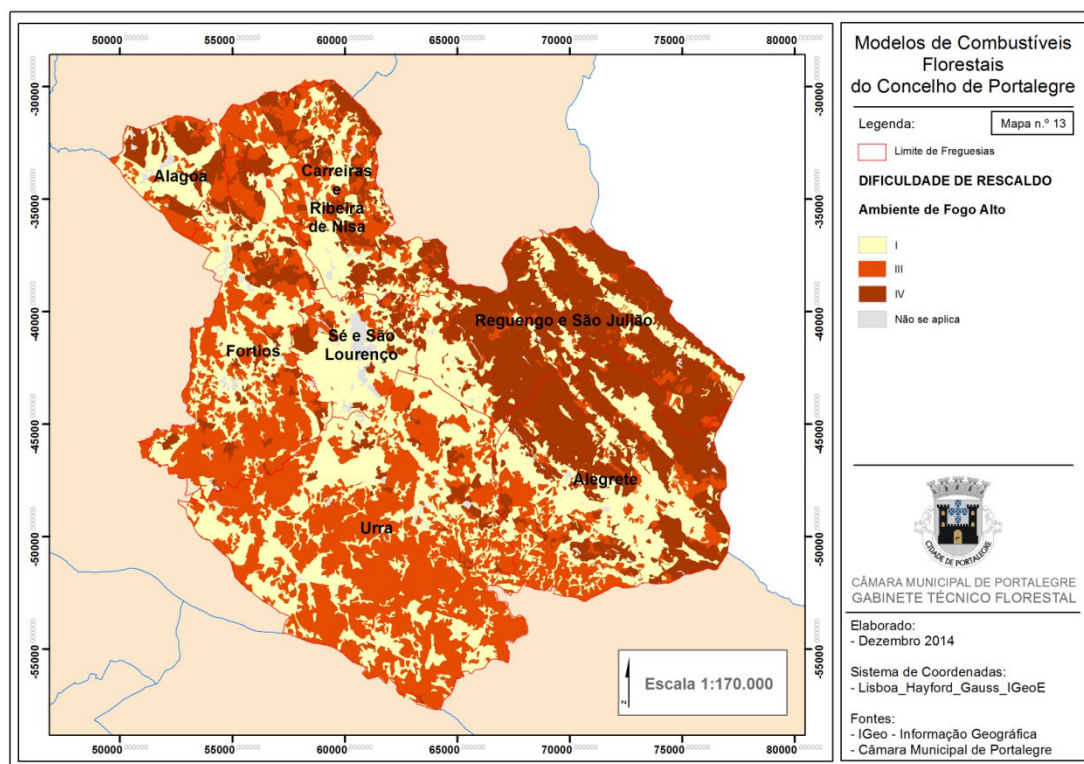


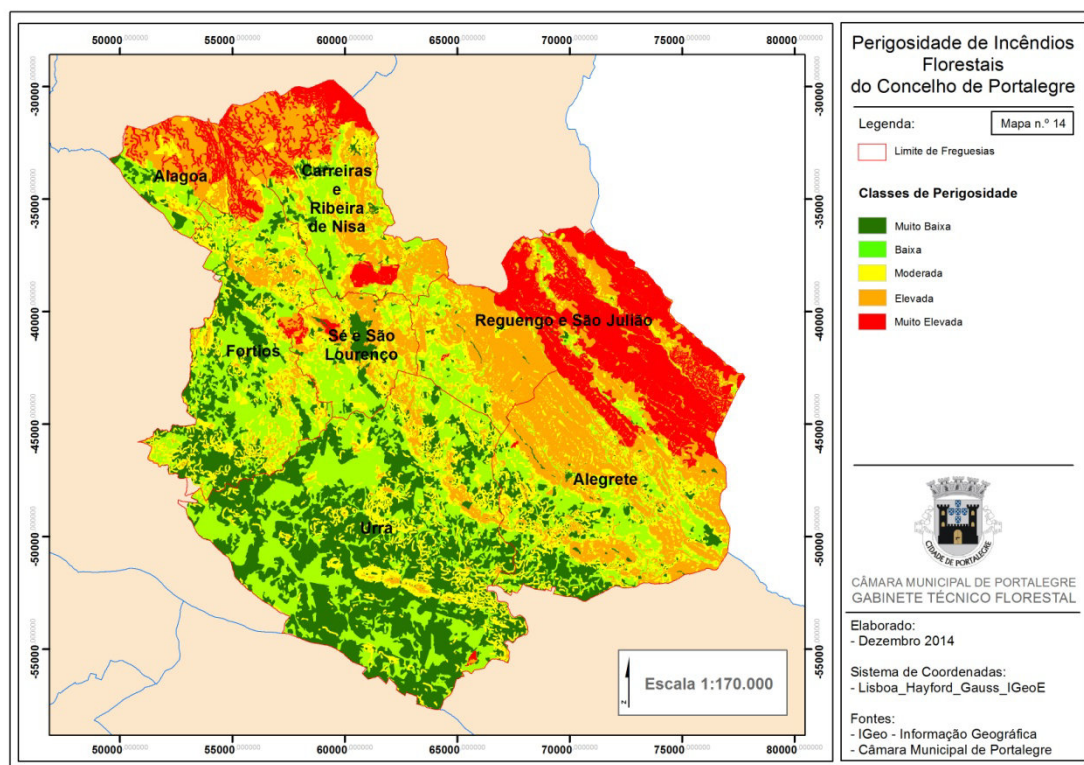
Figura n.º 14 – Dificuldade de Rescaldo em Ambiente de Fogo Alto



2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

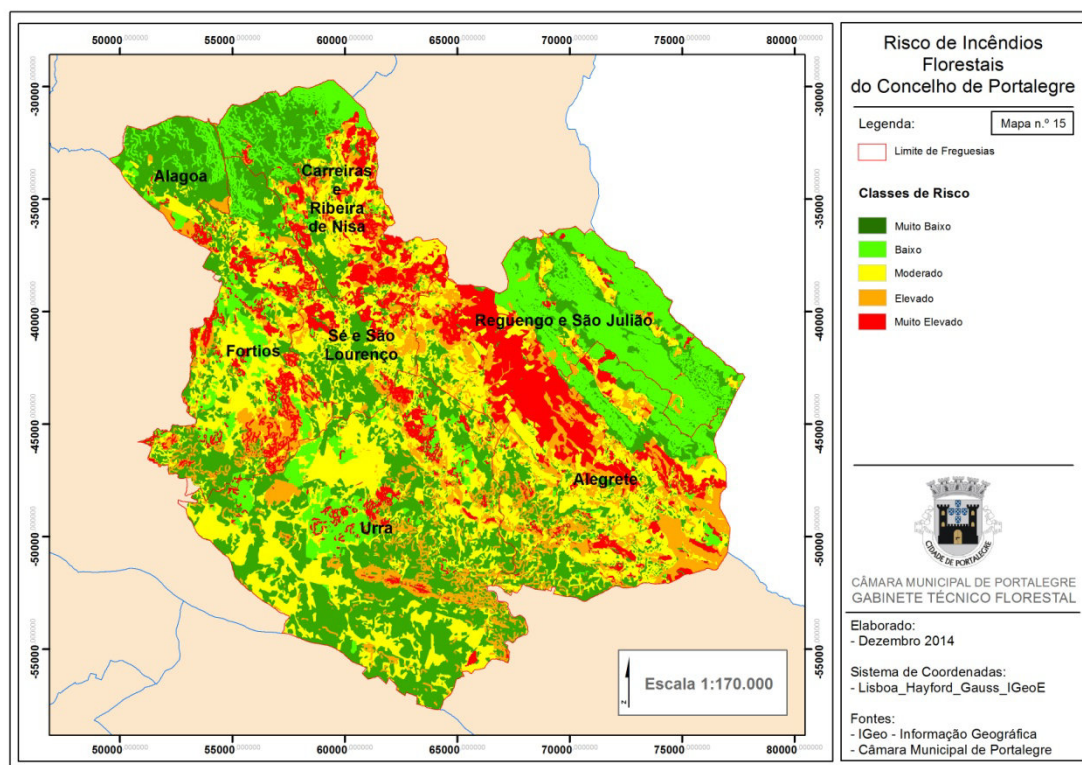
2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

Figura n.º 15 – Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Portalegre



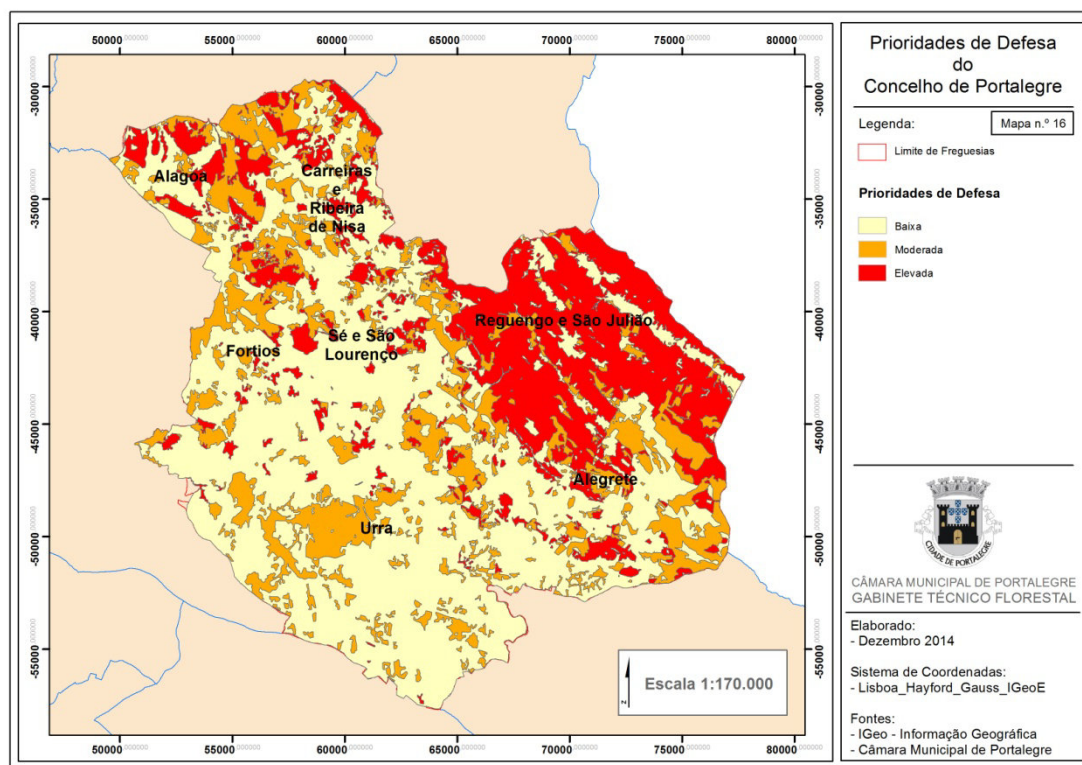
2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

Figura n.º 16 – Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Portalegre



2.3. PRIORIDADES DE DEFESA

Figura n.º 17 – Prioridades de Defesa do Concelho de Portalegre



3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. TIPOLOGIA DO CONCELHO

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) divide os municípios do território continental em 4 tipos, tendo sido esta divisão feita com base no número de ocorrências e na área ardida em hectares, em povoamentos e matos:

TIPOLOGIA DO CONCELHO

Poucas Ocorrências	
T1	Pouca área ardida
T2	Muita área ardida
Muitas Ocorrências	
T3	Pouca área ardida
T4	Muita área ardida

O concelho de Portalegre, segundo o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, está enquadrado na tipologia T1.

3.2. OBJECTIVOS E METAS

Quadro n.º 1 – Objectivos e Metas Anuais de DFCI para o Concelho de Portalegre

METAS ANUAIS					
	2015	2016	2017	2018	2019
Objectivos					
Reduzir o n.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	< 20	< 20	< 15	< 15	< 15
Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	< 20 minutos	< 20 minutos	< 15 minutos	< 15 minutos	< 15 minutos
Diminuição do n.º de incêndios com áreas superiores a 1 hectare	6	5	5	4	4
Evitar reacendimentos	1	1	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

De acordo com o disposto pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Portalegre, assenta todas as suas acções de defesa e prevenção da floresta contra incêndios em 5 eixos estratégicos:

EIXOS ESTRATÉGICOS

1º Eixo	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
2º Eixo	Redução da incidência dos incêndios
3º Eixo	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
4º Eixo	Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5º Eixo	Adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz

As acções que compõem o presente plano têm como propósito satisfazer os objectivos e metas preconizadas em cada um dos 5 eixos estratégicos.

Com base na informação apresentada no Caderno I e nas recomendações de ordenamento do território presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo, bem como outros documentos de ordenamento do território e a política municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, serão então, estabelecidos, neste Capítulo, os objectivos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, para os próximos 5 anos.

4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

O 1º Eixo Estratégico pretende estabelecer a ligação entre o ordenamento do território e o planeamento florestal, promovendo a gestão florestal e a intervenção antecipada em áreas estratégicas, nomeadamente, povoamentos florestais com elevado valor económico, áreas florestais de importante valor natural e paisagístico, assim como, habitats naturais de protecção e áreas de protecção especial.

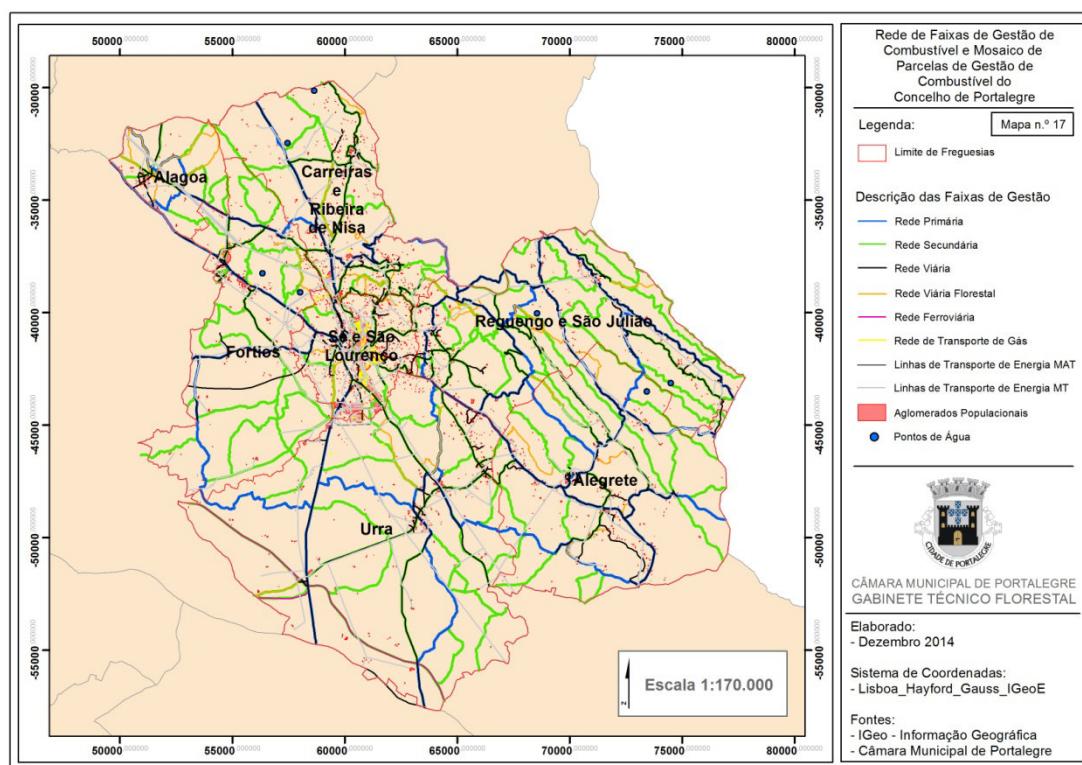
Para aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais terá de se objectivar a promoção da gestão florestal e a intervenção preventiva em áreas estratégicas do Concelho de Portalegre. Assim, nesse sentido, serão estabelecidos como objectivos operacionais, a

protecção das zonas de interface Urbano/Florestal e implementado um programa eficaz de redução de combustíveis florestais, promover acções de silvicultura preventiva e gestão de pastagens; bem como manter a Rede Viária Florestal e a Rede de Pontos de Água.

4.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (RDFCI)

a) Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)

Figura n.º 18 – Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis do Concelho de Portalegre



O Plano Municipal de Defesa da Contra Incêndios de Portalegre menciona todos os níveis de Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios previstos para o concelho.

A Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios de cariz sub-regional (**Rede Primária e Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível**), foi estabelecida e delineada pela Comissão Regional de Reflorestação do Alto Alentejo (CRRAA), com o apoio técnico do Grupo que a constituía, e aprovada pelas Orientações Estratégicas Regionais.

A **Rede Primária** é da responsabilidade da Administração Central, enquanto que a **Rede Secundária** de Faixas de Gestão de Combustível, de cariz e responsabilidade municipal, de acordo com o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, têm de ser cumpridos os seguintes princípios básicos:

Quadro n.º 2 – Especificidades da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

	Descrição Geral	Largura
Componente		
Faixa associada à Rede Viária (FIC/FRC)	Faixa a partir da berma da via, em áreas florestais	> 10m
Faixa associada à Rede Ferroviária (FIC/FRC)	Faixa definida a partir dos carris externos, em áreas florestais	> 10m
Faixa associada à Rede Eléctrica de Média Tensão (FIC/FRC)	Faixa a definir a partir da projecção vertical dos cabos condutores exteriores, em áreas florestais	> 7m
Faixa associada à Rede Eléctrica de Muito Alta Tensão (FIC/FRC)	Faixa a definir a partir da projecção vertical dos cabos condutores exteriores, em áreas florestais	> 10m
Faixa de protecção aos Edifícios Integrados em Espaços Rurais (FIC/FRC)	Faixa envolvente a habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações. Faixa de protecção a postos de vigia RNPV	> 50m
Faixa de protecção a Aglomerados Populacionais (FIC/FRC)	Faixa definida sempre que os aglomerados estejam inseridos ou confinantes com áreas florestais	> 100m
Faixa de protecção a Parques e Polígonos Industriais e Aterros Sanitários (FIC/FRC)	Faixa definida sempre que as infraestruturas estejam inseridos ou confinantes com áreas florestais	> 100m

Fonte: Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro

O presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, prevê, de acordo com as responsabilidades decretadas pelo referido Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, o controlo da vegetação espontânea (limpeza de bermas, linhas de água e áreas de intervenção), a correcção de densidades excessivas e desramações na Rede Primária e Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, criando faixas de descontinuidade de combustível a nível horizontal e vertical, gerindo a carga combustível, diminuindo o risco de ignição e o perigo de propagação de um incêndio florestal, responsabilidade essa, que terá de ser partilhada, conjugando interesses entre concessionários e proprietários dos terrenos confinantes, uma vez que também estes, ao abrigo das ajudas comunitárias recebidas, são obrigados a efectuar os denominados aceiros, que mais não são do que uma Faixa de Interrupção de Combustível.

Em termos de objectivos salienta-se a importância da manutenção das FGC, e dos Mosaicos de parcelas de gestão de combustível já intervencionadas, quer na Rede Primária, quer na Rede 2ª DFCI, uma vez que esta rede não sofreu alterações, mantendo-se a mesma que consta do PROF do Alto Alentejo, e que foi criada pela Comissão Regional de Reflorestação do Alto Alentejo (CRRAA). Para além da manutenção das FGC já intervencionadas, é importante garantir para os próximos 5 anos a resiliência do território do concelho de Portalegre aos incêndios florestais, através da promoção da gestão florestal, bem como da intervenção preventiva em áreas estratégicas do concelho, inseridas na Rede 1ª e Rede 2ª DFCI. Neste sentido, está previsto neste documento um programa eficaz de redução gradual de combustíveis florestais, a promoção de acções de silvicultura preventiva, bem como a manutenção da rede viária florestal e rede de pontos de água, associada à Rede 1ª e Rede 2ª DFCI.

O Município de Portalegre, elaborou os seguintes mecanismos de execução de Faixas de Gestão de Combustível, que devem ser observados na implementação e manutenção da Rede Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustível:

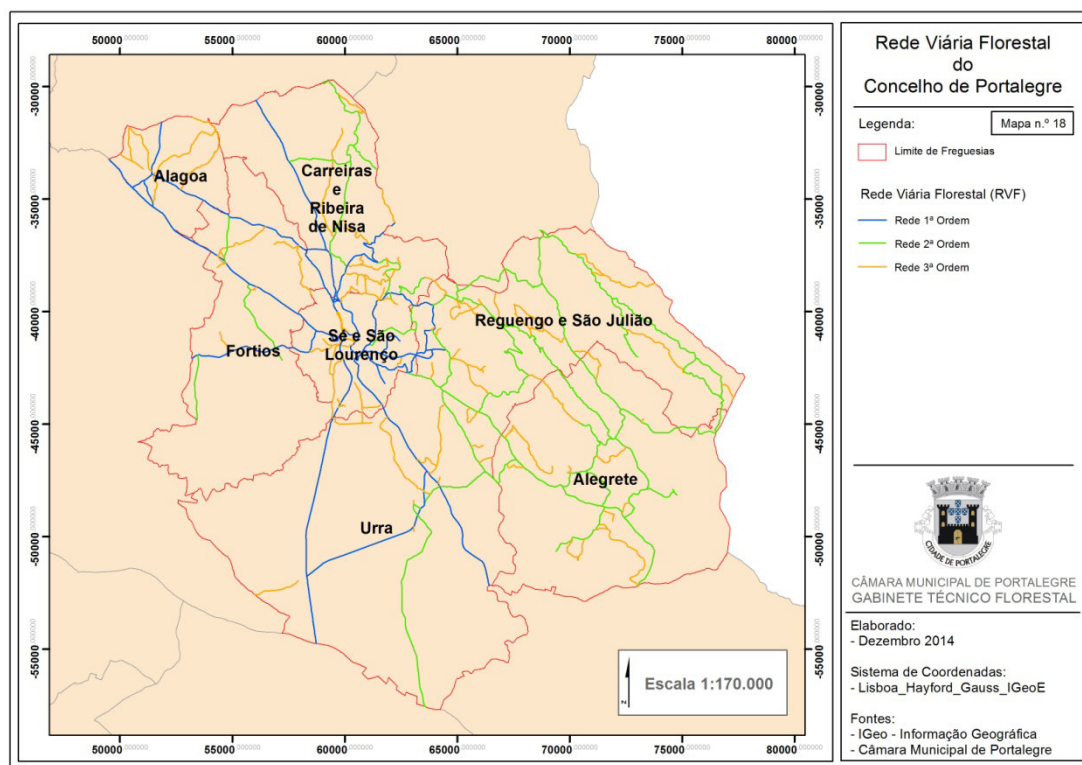
- A Câmara Municipal de Portalegre assegura nas Estradas e Caminhos Municipais, nomeadamente, nas Estradas Municipais (E.M.) 246-2, 517, 517-3, 517-4, 520, 521, 522, 522-2, 523 e 541, e nos Caminhos Municipais (C.M.) 1023, 1027, 1027-1, 1028, 1029, 1031, 1037, 1042, 1043, 1044, 1044-1, 1044-2, 1044-3, 1044-4, 1045, 1045-1, 1143, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1157 e 1163, a execução de uma Faixa de Redução de Combustível de largura variável, através de acções de silvicultura preventiva, desde o limite lateral do pavimento (berma) até ao limite do perímetro cercado. No caso de este não existir, a Faixa de Redução de Combustível terminará nos marcos divisionais.



- A Estradas de Portugal assegura nas Estradas Nacionais (E.N.) 18, 246 e 359, bem como no Itinerário Principal (I.P.) 2, e no Itinerário Complementar (I.C.) 13, a execução de uma Faixa de redução de Combustíveis de largura variável, através de acções de silvicultura preventiva, desde o limite lateral do pavimento (berma) até ao limite do perímetro cercado. No caso de este não existir, a Faixa de Redução de Combustível terminará nos marcos divisionais. Ainda assim, na ausência de qualquer tipo de marcação divisional e caso a ocupação do terreno confinante não seja eucalipto ou pinhal, a Estradas de Portugal apenas executará a limpeza da berma e valeta numa largura máxima de 3 metros.
- Cabe aos proprietários dos terrenos confinantes com a rede viária atrás referida, a execução obrigatória de uma Faixa de Interrupção de Combustível ou de uma Faixa de Gestão de Combustível com uma largura mínima de 5 metros, contados a partir do limite externo da propriedade para o seu interior.
- A REFER – Rede Ferroviária Nacional, assegura a execução de uma Faixa de Redução de Combustível de 10 metros para cada, a contar dos carris externos, em toda a extensão das vias ferroviárias que atravessam o Concelho de Portalegre.
- A EDP, responsável pelas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em média tensão, executa a gestão de combustível numa faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores externos, acrescidos de uma faixa de 7 metros para cada um dos lados, conforme estabelecido na cartografia.
- A REN, responsável pelas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão, executa a gestão de combustível numa faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores externos, acrescidos de uma faixa de 10 metros para cada um dos lados, conforme estabelecido na cartografia.
- Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com os espaços florestais, é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de protecção com 100 metros de largura. Cabe aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos nas faixas de protecção a gestão do combustível.
- Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, oficinas, armazéns, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações ou instalações, medidas a partir da alvenaria exterior da edificação.

b) Rede de Viária Florestal

Figura n.º 19 – Rede Viária Florestal do Concelho de Portalegre

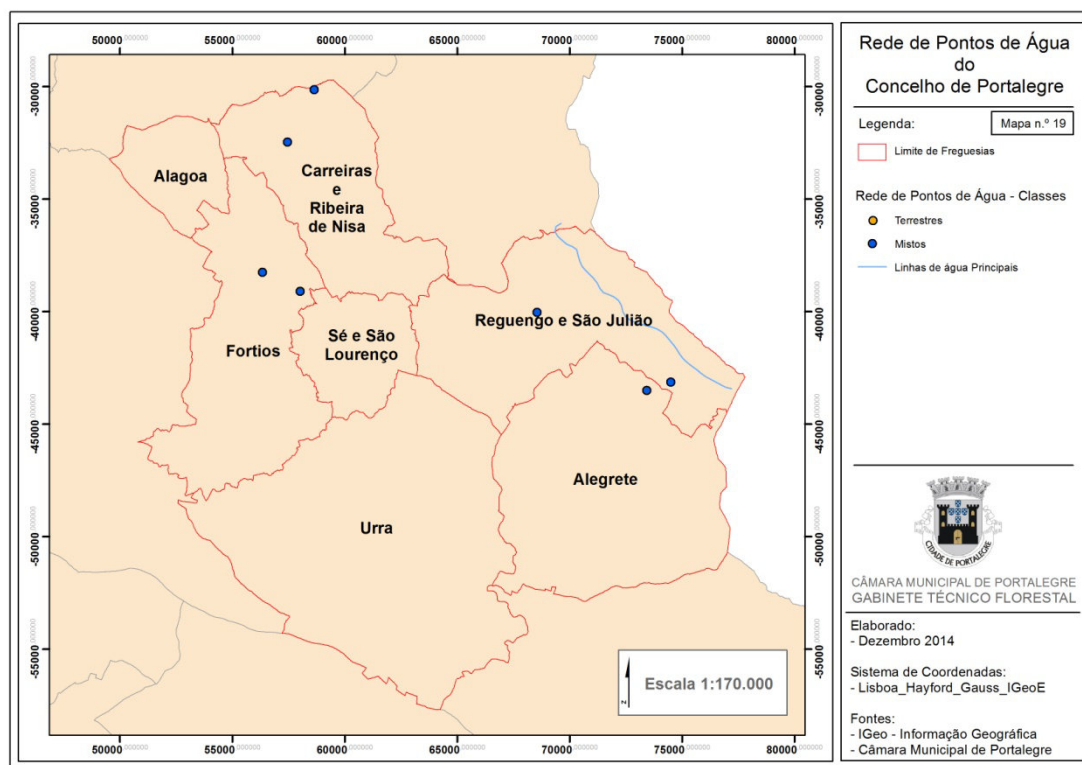


Tendo como base a **Figura n.º 19**, pode considerar-se a Rede Viária do Concelho de Portalegre bem distribuída ao longo de todas as freguesias. Sendo uma das infraestruturas vitais no combate aos incêndios florestais, a rede viária florestal torna-se fundamental para a realização de acções de vigilância, bem como para a compartimentação das áreas florestais, cumprindo funções de acesso, exploração e defesa desses espaços relativamente à Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em termos de implicações de Defesa da Floresta Contra Incêndios, pode considerar-se suficiente a Rede Viária do Concelho de Portalegre, contudo ressaltam-se certos condicionalismos em termos de Defesa da Floresta Contra Incêndios, como seja a existência de portões e cancelas ao longo da Rede Viária Florestal, impedindo assim, e em caso de emergência, o acesso às propriedades atravessadas por esses troços.

c) Rede de Pontos de Água

Figura n.º 20 – Rede de Pontos de Água do Concelho de Portalegre



O mapa da Rede de Pontos de Água do Concelho de Portalegre (**Figura n.º 20**) foi construído com base nos levantamentos de campo, efectuados pela Câmara Municipal de Portalegre.

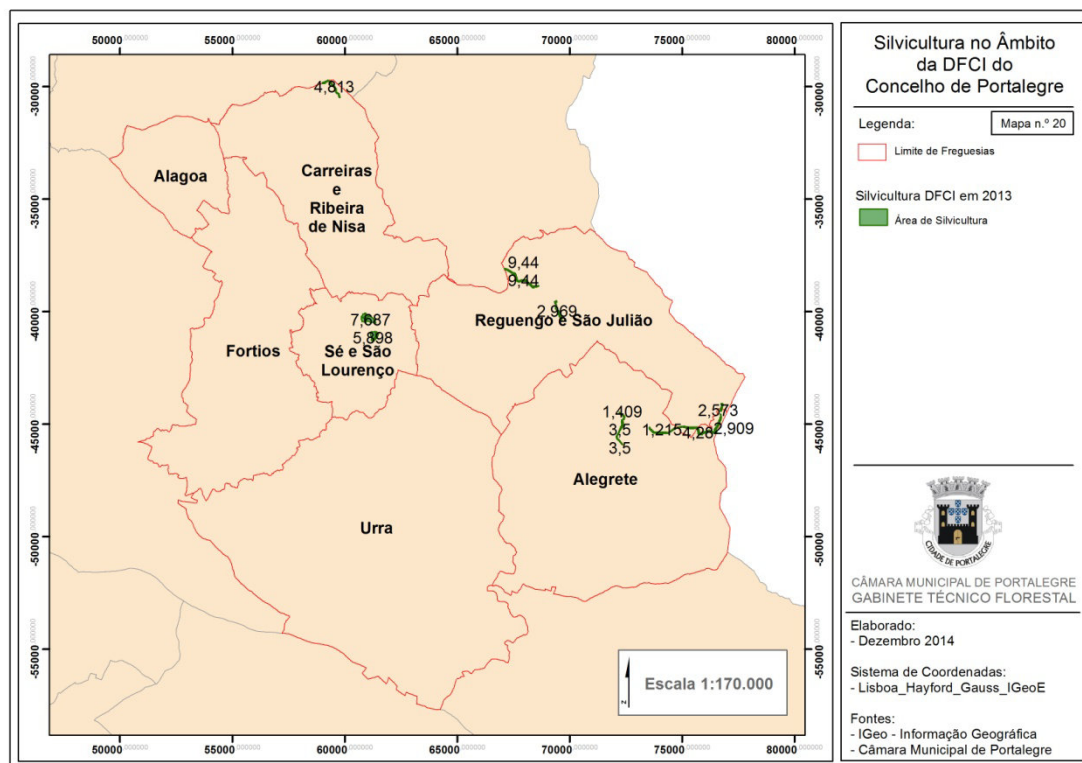
Da análise do mesmo, verifica-se a existência de um total 7 pontos de água inventariados, e levantados no local, sendo que do ponto de vista das acessibilidades, os 7 estão classificados como Mistos.

Assim, com base na informação anterior assume-se que o Concelho de Portalegre apresenta uma rede de pontos de água satisfatória, bem distribuída e eficaz no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Relativamente às implicações de Defesa da Floresta Contra Incêndios, pode considerar-se que a Rede de Pontos de Água (levantada), na sua totalidade privada, cobre bem as áreas mais críticas no que aos incêndios florestais diz respeito, do Concelho de Portalegre, nomeadamente a Serra de São Mamede. Contudo, deverão os proprietários dos referidos pontos de água, fazer um esforço no sentido de que estes se enquadrem no estipulado pela Portaria n.º 133/2007, de 26 de Janeiro, para os Pontos de Água de 1ª Ordem.

d) Silvicultura no Âmbito da DFCI

Figura n.º 21 – Silvicultura no Âmbito da DFCI do Concelho de Portalegre



4.1.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO

a) Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA

Figura n.º 22 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA, Rede 1ª, Rede 2ª do Concelho de Portalegre - 2015

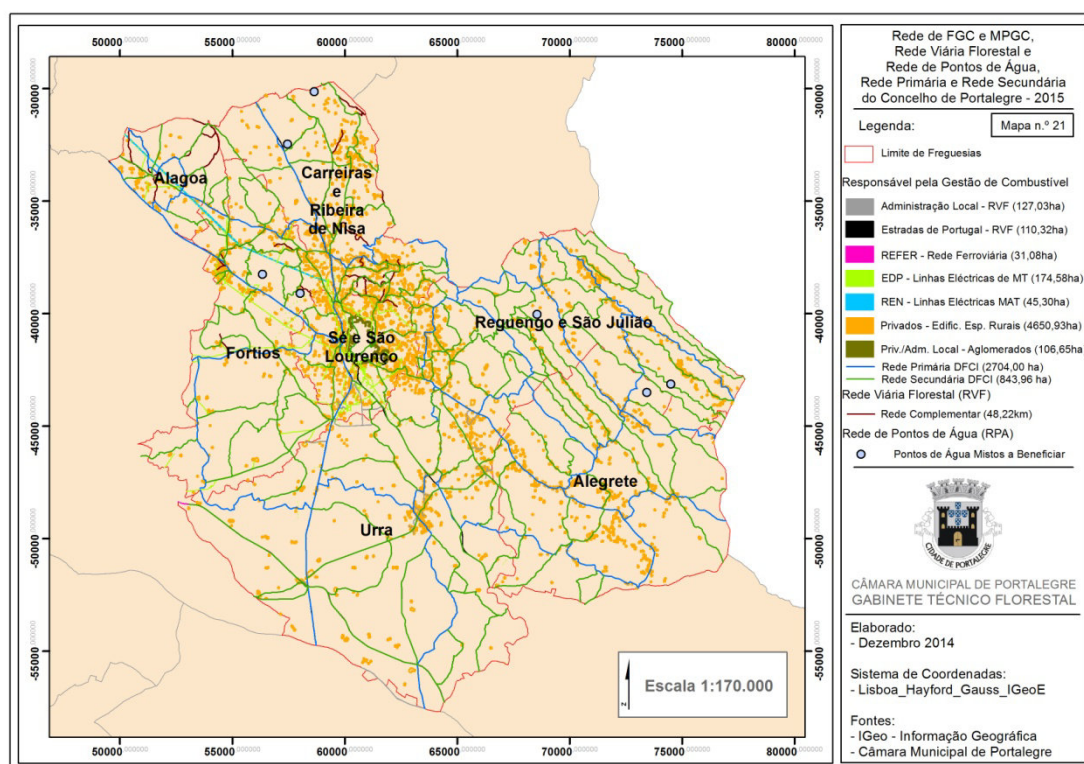


Figura n.º 23 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA, Rede 1ª, Rede 2ª do Concelho de Portalegre - 2016

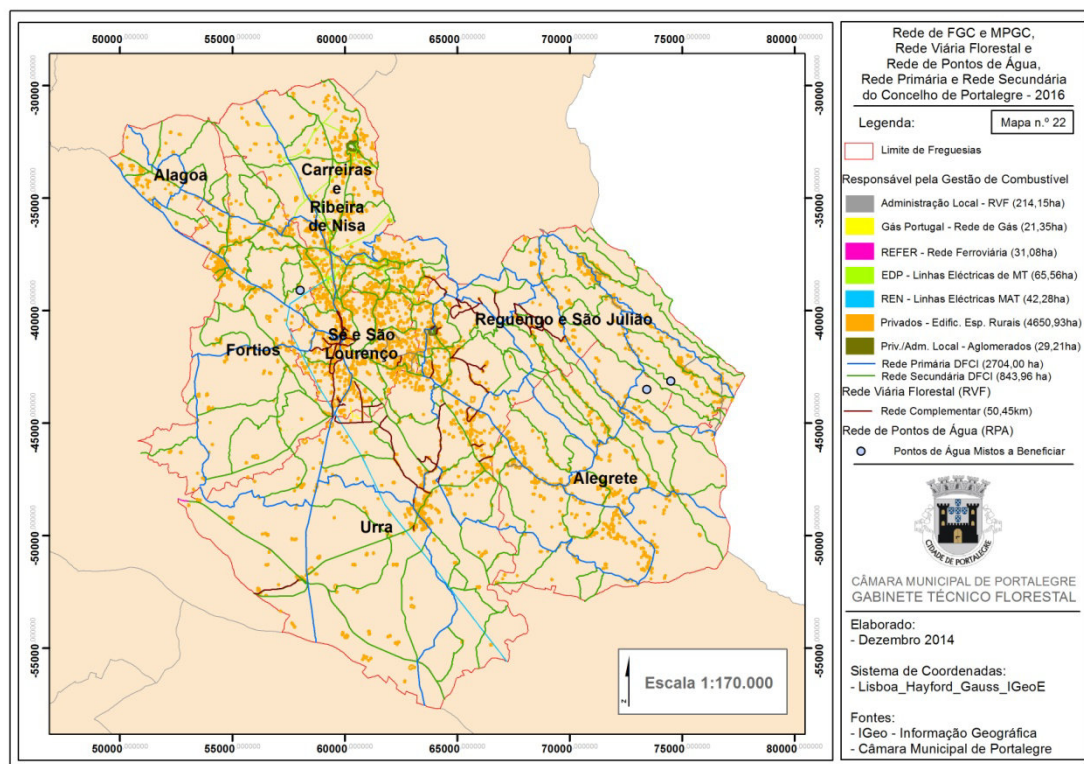


Figura n.º 24 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA, Rede 1ª, Rede 2ª do Concelho de Portalegre - 2017

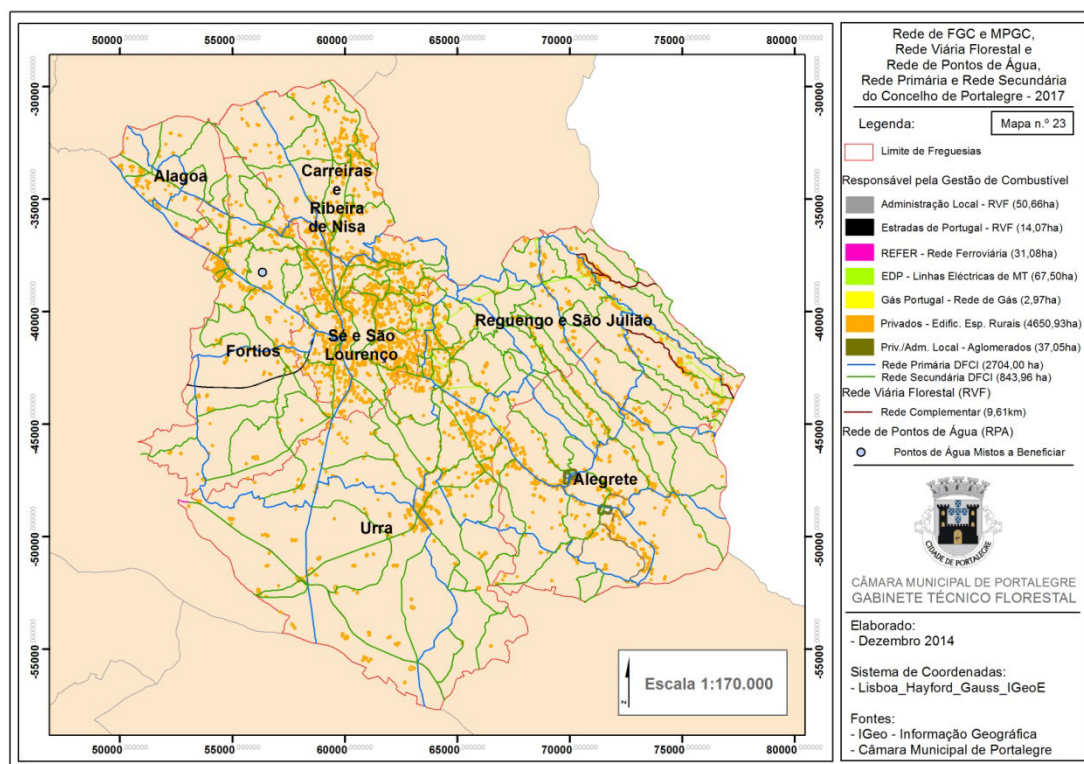


Figura n.º 25 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA, Rede 1ª, Rede 2ª do Concelho de Portalegre - 2018

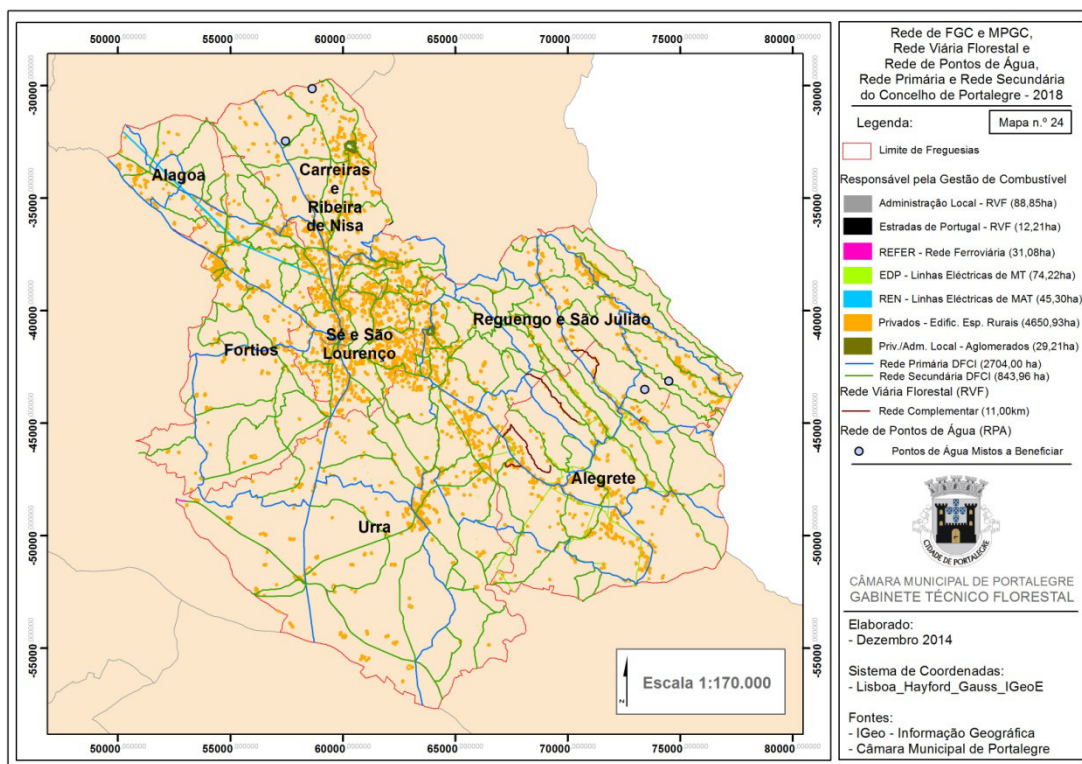
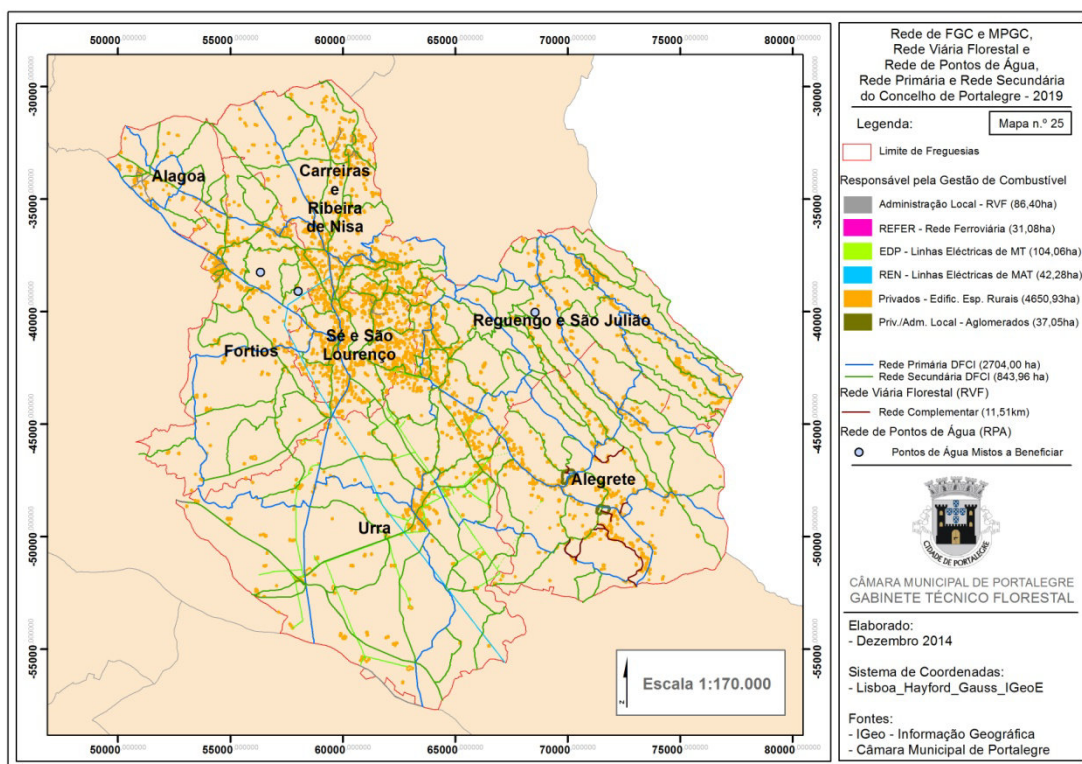


Figura n.º 26 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA, Rede 1ª, Rede 2ª do Concelho de Portalegre - 2019



Nas faixas das edificações em espaços rurais, aglomerados populacionais, equipamentos florestais de recreio, rede viária florestal e rede de pontos de água, prevê-se a manutenção em todo o território e nas áreas inseridas ou confinantes com espaços florestais, onde haverá necessidade de intervenção todos os anos, na mesma área.

Relativamente às restantes faixas, rede ferroviária, rede de transporte de gás e linhas de transporte de energia, foram seleccionadas parcelas e distribuídas ao longo dos 5 anos da vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que serão efectuadas pelas entidades responsáveis.

As faixas de gestão de combustível da rede primária, são da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), e serão estabelecidas pelo Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

As áreas agrícolas, ao contribuírem para a criação de áreas de descontinuidade, deverão ser mantidas pelos proprietários, arrendatários e usufrutuários das mesmas.

b) Rede de FGC e MPGC

Quadro n.º 3 – Rede de FGC Com e Sem Necessidade de Intervenção

Descrição da FGC	Total (ha)	Sem Necessidade de Intervenção (ha)	Código FGC	Com Necessidade de Intervenção (ha)				
				2015	2016	2017	2018	2019
Edificações em Espaços Rurais	4650,93	-	1	4650,93	4650,93	4650,93	4650,93	4650,93
Aglomerados Populacionais	438,69	265,78	2	106,65	29,21	37,05	29,21	37,05
Equipamentos Florestais de Recreio	-	-	3	-	-	-	-	-
Rede Viária	698,88	-	4	237,35	214,15	64,73	101,06	86,40
Rede Ferroviária	36,75	5,67	5	31,08	31,08	31,08	31,08	31,08
Rede de Transporte de Gás	98,09	73,77	6	-	21,35	2,97	-	-
Rede Primária DFCI	2704,00	-	8	2704,00	2704,00	2704,00	2704,00	2704,00
Rede Secundária DFCI	843,96	-	9	843,96	843,96	843,96	843,96	843,96
Linhas de Transporte de Energia MAT	87,58	-	7	45,30	42,28	-	45,30	42,28
Linhas de Transporte de Energia MT	515,20	48,71	10	174,58	65,56	67,50	74,22	104,06
Pontos de Água	27,40	-	12	27,40	14,25	2,54	22,65	18,74

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, definindo ainda os princípios de condicionamento à edificação, no n.º 3 do art.º 16º.

As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno:

- A garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de protecção nunca inferior a 50 metros. Os proprietários das edificações em espaço rural são os únicos responsáveis em desenvolver a referida faixa de protecção;
- Adopção de medidas especiais relativas à resistência à passagem do fogo;
- Contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respectivos acessos;
- Nas imediações dos edifícios deve existir disponibilidade de água para abastecimento dos veículos de socorro durante o período crítico de incêndios;
- Os edifícios e os recintos devem ser servidos por vias de acesso adequadas a veículos de socorro em caso de incêndio, as quais, mesmo que estejam em domínio privado, devem possuir ligação permanente à rede viária e permitir a existência de uma zona de inversão de marcha ao redor da edificação.

Gestão de combustível na faixa de protecção:

- No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 metros e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 metros, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo os 4 metros acima do solo;
- Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a edificação e o limite externo da faixa;
- Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes, devem ser organizados espacialmente, de forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis;
- As copas das árvores e arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 metros da edificação, evitando-se ainda a sua projecção sobre a cobertura do edifício;
- Não poderão ocorrer na faixa de protecção quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como outras substâncias altamente inflamáveis;
- Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 metro a 2 metros de largura, circundando todo o edifício.



c) RVF

Quadro n.º 4 – RVF Com e Sem Necessidade de Intervenção

	Total (Km)	Sem Necessidade de Intervenção (Km)	Com Necessidade de Intervenção (Km)				
RVF (Ordem)			2015	2016	2017	2018	2019
Rede de 1ª Ordem	113,41	113,41	-	-	-	-	-
Rede de 2ª Ordem	154,59	154,59	-	-	-	-	-
Rede Complementar	130,79	-	48,22	50,45	9,61	11,00	11,51

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

d) RPA

Quadro n.º 5 – RPA a Construir e/ou Manter/Beneficiar

	Designação	Classe do PA (A – Aéreo; M – Misto; T – Terrestre)	Volume Máx. (m³)	Tipo de Intervenção (C – Construção / M – Manutenção)				
ID_PA				2015	2016	2017	2018	2019
1	Tapada do Loureiro	M	2600	M			M	
2	Monte da Bela	M	3100	M	M		M	
3	Cabroeira	M	6900	M	M		M	
4	Menzas	M	2400	M				M
5	Monte Nuno Tavares	M	7100	M			M	
6	Monte Ferro	M	10800	M	M			M
7	Monte Machoquinho	M	6000	M		M		M

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre



e) Metas e Indicadores

Quadro n.º 6 – Metas e Indicadores

Com Necessidade de Intervenção (ha)										
Descrição da FGC	2015		2016		2017		2018		2019	
Edificações em Espaços Rurais	4650,93	50%	4650,93	50%	4650,93	50%	4650,93	50%	4650,93	50%
Aglomerados Populacionais	106,65	50%	29,21	50%	37,05	50%	29,21	50%	37,05	50%
Equipamentos Florestais de Recreio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Viária	237,35	60%	214,15	60%	64,73	60%	101,06	60%	86,40	60%
Rede Ferroviária	31,08	40%	31,08	40%	31,08	40%	31,08	40%	31,08	40%
Rede de Transporte de Gás	-	-	21,35		2,97		-	-	-	-
Rede Primária DFCI	2704,00	20%	2704,00	20%	2704,00	20%	2704,00	20%	2704,00	20%
Rede Secundária DFCI	843,96	20%	843,96	20%	843,96	20%	843,96	20%	843,96	20%
Linhas de Transporte de Energia MAT	45,30	60%	42,28	60%	-	-	45,30	60%	42,28	60%
Linhas de Transporte de Energia MT	174,58	60%	65,56	70%	67,50	70%	74,22	70%	104,06	70%
Pontos de Água	27,40	50%	14,25	70%	2,54	90%	22,65	60%	18,74	70%

Com Necessidade de Intervenção (Km)										
RVF (Ordem)	2015		2016		2017		2018		2019	
Rede de 1ª Ordem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede de 2ª Ordem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Complementar	48,22	60%	50,45	60%	9,61	80%	11,00	80%	11,51	80%

Com Necessidade de Intervenção										
RPA (Classe)	2015		2016		2017		2018		2019	
Tapada do Loureiro	M	50%					M	60%		
Monte da Bela	M		M	70%			M			
Cabroeira	M		M				M			
Menzas	M								M	70%
Monte Nuno Tavares	M						M	60%		
Monte Ferro	M		M	70%					M	70%
Monte Machoquinho	M				M	90%			M	

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

f) Orçamentos e Responsáveis

Quadro n.º 7 – Estimativa de Orçamento para a Execução da Rede de FGC, RVF e RPA

Estimativa Orçamental						
Descrição da FGC	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Edificações em Espaços Rurais	Privados	3.162.632,40	3.162.632,40	3.162.632,40	3.162.632,40	3.162.632,40
Aglomerados Populacionais	Privados e Administração Local	72.522,00	19.862,80	25.194,00	19.862,80	25.194,00
Equipamentos Florestais de Recreio		-	-	-	-	-
Rede Viária	Estradas de Portugal e Administração Local	227.856,00	205.584,00	62.140,80	97.017,60	82.944,00
Rede Ferroviária	REFER	16.783,20	16.783,20	16.783,20	16.783,20	16.783,20
Rede de Transporte de Gás	Gás Portugal	-	9.607,50	1.336,50	-	-
Rede Primária DFCI	Administração Central	7.571.200,00	7.571.200,00	7.571.200,00	7.571.200,00	7.571.200,00
Rede Secundária DFCI	Administração Local	1.392.534,00	1.392.534,00	1.392.534,00	1.392.534,00	1.392.534,00
Linhas de Transporte de Energia MAT	REN	54.360,00	50.736,00	-	36.240,00	33.824,00
Linhas de Transporte de Energia MT	EDP	209.496,00	78.672,00	81.000,00	89.064,00	124.872,00
Pontos de Água	Privados	13.700,00	7.125,00	1.270,00	11.325,00	9.370,00

Estimativa Orçamental						
RVF (Ordem)	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Rede de 1ª Ordem	Estradas Portugal, IP	-	-	-	-	-
Rede de 2ª Ordem	Administração Local	-	-	-	-	-
Rede Complementar	Administração Local	120.550,00	126.125,00	24.025,00	27.500,00	28.775,00

Estimativa Orçamental						
RPA (Classe)	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Tapada do Loureiro	Administração Local	3.000,00	-	-	2.800,00	-
Monte da Bela	Administração Local	3.600,00	2.800,00	-	4.500,00	-
Cabroeira	Administração Local	3.600,00	2.800,00	-	4.500,00	-
Menzas	Administração Local	4.500,00	-	-	-	5.000,00
Monte Nuno Tavares	Administração Local	3.000,00	-	-	3.000,00	-
Monte Ferro	Administração Local	2.800,00	2.800,00	-	-	3.000,00
Monte Machoquinho	Administração Local	2.800,00	-	2.800,00	-	3.000,00

Total	2015	2016	2017	2018	2019
	12.864.933,6	12.649.261,9	12.340.915,9	12.438.959,0	12.459.128,6

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre



4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE INCÊNDIOS

4.2.1. AVALIAÇÃO

a) Comportamentos de Risco

Quadro n.º 8 – Identificação dos Comportamentos de Risco

Comportamento de Risco				
Grupo Alvo	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
Proprietários Florestais, Agricultores e Trabalhadores Rurais	Ignição de Incêndios	Execução de queimas de sobrantes sem conhecimento do Município e de queimadas sem licença do Município	Todas as Freguesias	Período crítico e dias de risco de incêndio superior a elevado
		Utilização de máquinas e equipamentos agrícolas em dias de risco de incêndio superior a elevado		
Idosos		Utilização incorrecta do fogo para diversos fins		
Caçador, Pescador e Pastor		Deposição de lixo em local incorrecto		
		Uso incorrecto do fogo para a confecção de alimentos		
Operador de Máquinas		Manuseamento de máquinas e equipamentos durante o período crítico de incêndios		
Proprietários de Habitações em Zona de Interface Urbano-Florestal		Não proceder a acções de silvicultura preventiva em redor das suas habitações (Não cumprimento da legislação sobre FGC)		Todo o ano
Automobilista		Lançamento de lixo pela janela do automóvel (latas, pontas de cigarro, vidros, entre outros)		

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre



b) Fiscalização

**Quadro n.º 9 – Inventariação de Autos Levantados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/2006,
de 28 de Junho**

Autos Levantados – 2011/2012								
Comando	Autuante	Concelho	Data da Infração	Motivo	Legislação Infringida	Valor da Coima	Destino do Auto	Decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	07-02-2011	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	12-02-2011	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	16-06-2011	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	29-01-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	11-02-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	12-02-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	24-02-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	27-02-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	01-03-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	05-03-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	05-03-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	07-03-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	13-03-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	18-04-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	12-05-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	31-05-2012	Realização queimada sem licença	nº 2, art.º 27º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	04-06-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	19-06-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão
Portalegre	NPA Portalegre	Portalegre	29-08-2012	Falta gestão combustíveis em redor de habitação	nº 2, art.º 15º	140,00 a 5.000,00	CM Portalegre	Está a aguardar decisão

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre e SEPNA

4.2.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO

a) Sensibilização

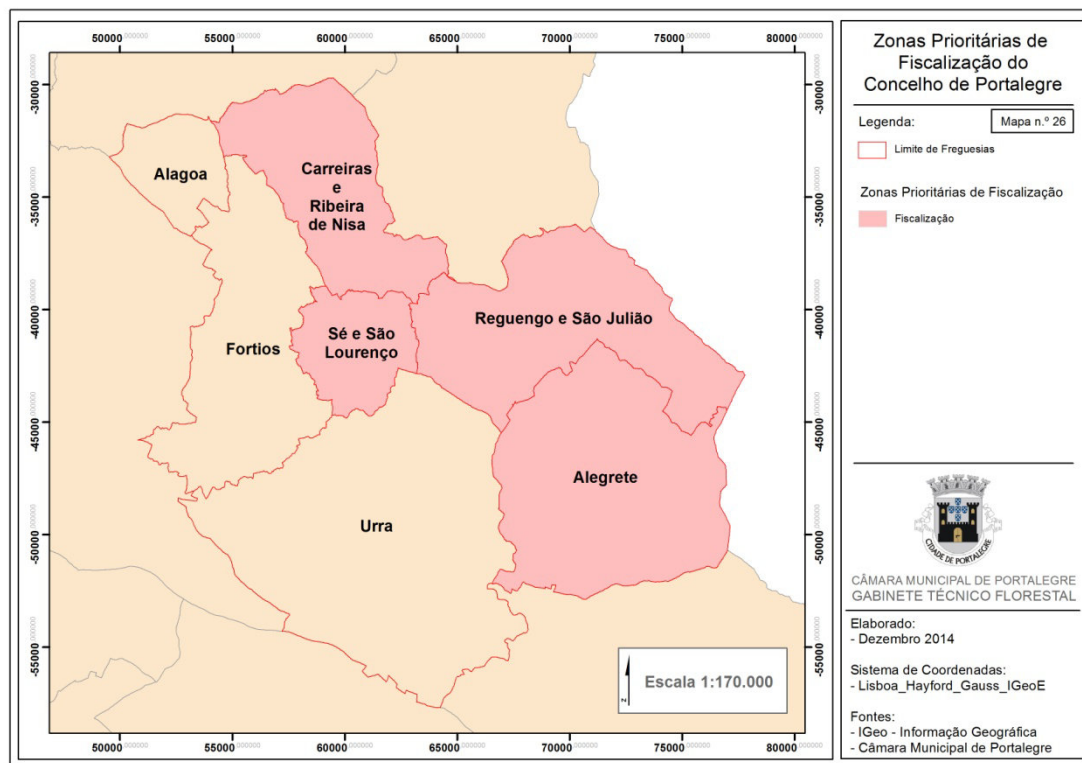
Quadro n.º 10 – Propostas de Acções de Sensibilização

			Objectivos				
Proposta de Acções	Local	Data	2015	2016	2017	2018	2019
Alerta da população, em especial proprietários florestais e trabalhadores rurais, quanto à necessidade e importância da limpeza de matas fora do período crítico e dias de risco de incêndio elevado	Todas as Freguesias	Outubro a Maio	Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância da realização de operações agro-florestais fora do período crítico de incêndios				
Sensibilização dos proprietários das habitações inseridas no interface urbano/rural		Outubro a Maio	Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância da DFCL e das FGC para a defesa das suas infraestruturas				
			Visitas aos proprietários com o objectivo de alertar para a importância e obrigatoriedade da limpeza dos 50 metros confinantes com as habitações inseridas em espaço rural				
Alertar a população para a existência de um intervalo de tempo em que são proibidas ou condicionadas determinadas actividades em meio rural		Maio a Julho	Distribuição de folheto que indique o período crítico e quais os condicionalismos a observar				
Alertar a população para a necessidade de comunicar ao Município a intenção de realização de queimas de sobantes e para a necessidade de obter licença junto do Município para a realização de queimadas		Outubro a Maio	Distribuição de folhetos que alerte para a necessidade comunicação da intenção de queimas de sobantes junto das Juntas de Freguesia e para a necessidade de requer licença para a realização de queimadas junto da Câmara Municipal				
Sensibilização da população escolar para a importância da prevenção dos incêndios florestais		Setembro a Junho	Distribuição de folhetos e outro material de sensibilização editado pelo INCF e pela ANPC				
			Contacto da PSP e da GNR com a comunidade escolar através do projecto Escola Segura				

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

b) Fiscalização

Figura n.º 27 – Zonas Prioritárias de Fiscalização do Concelho de Portalegre





c) Metas e Indicadores

Quadro n.º 11 – Definição de Metas para a Sensibilização e Fiscalização

Sensibilização					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019
Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância de se realizar operações agro-florestais fora do período crítico de incêndios	Distribuição de 2000 panfletos	Distribuição de 2000 panfletos	Distribuição de 2000 panfletos	Distribuição de 2000 panfletos	Distribuição de 2000 panfletos
Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância da DFCI e das FGC para a defesa das suas infraestruturas					
Visitas aos proprietários com o objectivo de alertar para a importância e obrigatoriedade da limpeza dos 50 metros confinantes com as habitações inseridas em espaço rural	Visitar 25 proprietários	Visitar 25 proprietários	Visitar 25 proprietários	Visitar 25 proprietários	Visitar 25 proprietários
Distribuição de folhetos que indiquem o período crítico e quais os condicionalismos a observar	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos
Distribuição de folhetos que alertem para a necessidade de comunicação da intenção de realizar queimas	Distribuição de 150 folhetos	Distribuição de 150 folhetos	Distribuição de 150 folhetos	Distribuição de 150 folhetos	Distribuição de 150 folhetos
Preenchimento de impresso de queima nas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal	Comunicação de 50% das Queimas Detectadas		Comunicação de 75% das Queimas Detectadas		
Distribuição de folhetos e outro material de sensibilização editado pelo ICNF e ANPC	Distribuição de 250 exemplares	Distribuição de 250 exemplares	Distribuição de 250 exemplares	Distribuição de 250 exemplares	Distribuição de 250 exemplares
Contacto da PSP e da GNR com a comunidade escolar através do projecto Escola Segura	25% das visitas às escolas do Município			-	-

Fiscalização					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização de trabalhos em dias de risco de incêndio superior a elevado	Percentagem de autos levantados em função do número de verificações efectuadas				
Fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 17/2009, nos espaços florestais	Percentagem de autos levantados em função do número de verificações efectuadas				
Fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 17/2009, nos espaços florestais	Percentagem de autos levantados em função do número de verificações efectuadas				
Identificação dos indivíduos de "perfil desviante" ou com comportamento de risco	Número de indivíduos detectados				
Identificação de todas as acumulações ilegais de resíduos	Número de acumulações ilegais de resíduos detectados				
Patrulhamento das zonas mais vulneráveis aos incêndios	Quilómetros de patrulhamento efectuados				
Fiscalização do comportamento da população nas freguesias de maior risco de incêndio	Percentagem de autos levantados em função do número de verificações efectuadas				
Acompanhamento dos requerimentos para queimadas	Número de requerimentos				

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre



d) Orçamento e Responsáveis

Quadro n.º 12 – Estimativa de Orçamento para cada Meta e Responsáveis

Sensibilização						
Estimativa Orçamental (€)						
Metas	Responsável	2015	2016	2017	2018	2019
Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância de se realizar operações agro-florestais fora do período crítico de incêndios	Câmara Municipal	800,00	840,00	882,00	926,00	972,00
Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância da DFCI e das FGC para a defesa das suas infraestruturas	Câmara Municipal					
Visitas aos proprietários com o objectivo de alertar para a importância e obrigatoriedade da limpeza dos 50 metros confinantes com as habitações inseridas em espaço rural	Câmara Municipal	450,00	496,00	520,00	546,00	574,00
Distribuição de folhetos que indiquem o período crítico e quais os condicionalismos a observar	Câmara Municipal	300,00	315,00	330,00	347,00	364,00
Distribuição de folhetos que alertem para a necessidade de comunicação da intenção de realizar queimas	Câmara Municipal e juntas de Freguesia	150,00	157,00	165,00	173,00	182,00
Preenchimento de impresso de queima nas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal	Câmara Municipal e juntas de Freguesia	150,00	157,00	165,00	173,00	182,00
Distribuição de folhetos e outro material de sensibilização editado pelo ICNF e ANPC	Câmara Municipal e juntas de Freguesia	50,00	53,00	55,00	57,00	60,00
Contacto da PSP e da GNR com a comunidade escolar através do projecto Escola Segura	PSP e GNR	Indeterminado				
Total		1.900,00	2.018,00	2.117,00	2.222,00	2.334,00

Fiscalização						
Estimativa Orçamental (€)						
Metas	Responsável	2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização de trabalhos em dias de risco de incêndio superior a elevado	PSP/GNR/SEPNA	300,00	315,00	330,00	347,00	364,00
Fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 17/2009, nos espaços florestais	PSP/GNR/SEPNA	700,00	735,00	771,00	810,00	850,00
Fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 17/2009, nos espaços florestais	PSP/GNR/SEPNA e Câmara Municipal	600,00	630,00	661,00	694,00	729,00
Identificação dos indivíduos de "perfil desviante" ou com comportamento de risco	PSP/GNR/SEPNA	150,00	157,00	165,00	173,00	182,00
Identificação de todas as acumulações ilegais de resíduos	PSP/GNR/SEPNA e Câmara Municipal	150,00	157,00	165,00	173,00	182,00
Patrulhamento das zonas mais vulneráveis aos incêndios	PSP/GNR/SEPNA e Câmara Municipal	500,00	525,00	551,00	578,00	607,00
Fiscalização do comportamento da população nas freguesias de maior risco de incêndio	PSP/GNR/SEPNA e Câmara Municipal	150,00	157,00	165,00	173,00	182,00
Acompanhamento dos requerimentos para queimadas	Câmara Municipal	50,00	52,00	55,00	57,00	60,00
Total		2.600,00	2.728,00	2.863,00	3.005,00	3.156,00

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

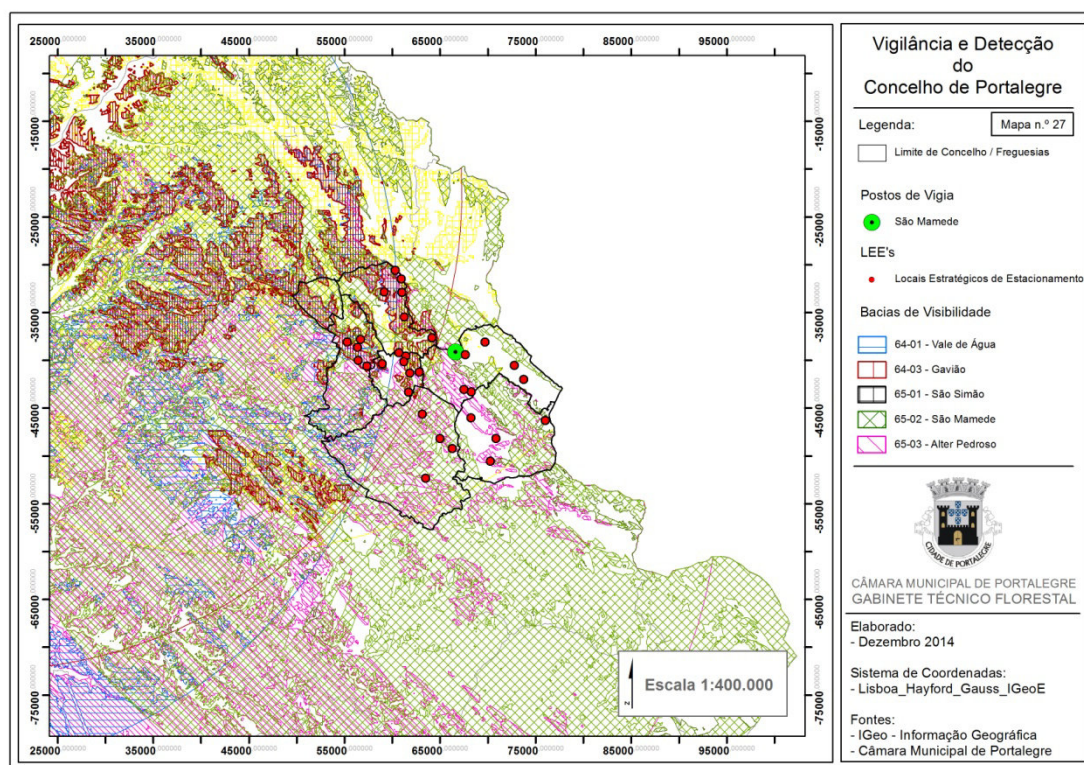
4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

4.3.1. AVALIAÇÃO

O terceiro eixo estratégico visa melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a detecção e extinção dos mesmos, devendo esta ser uma prioridade ao nível do planeamento.

a) Vigilância e Detecção

Figura n.º 28 – Vigilância e Detecção do Concelho de Portalegre





Quadro n.º 13 – Número de Incêndios e Número Total de Equipas de Vigilância e Detecção nas Diferentes Fases de Perigo

Objectivos		
Fases de Perigo	Incêndios 2012	Equipas de Vigilância e Detecção
ALFA (1 Janeiro – 14 Maio)	15	1 SEPNA (2 elementos)
		1 SF 13-182 (5 elementos)
		1 EMIF 11 (5 elementos)
		1 SF 01-182 (5 elementos)
		1 SF 02-182 (5 elementos)
BRAVO (15 Maio – 30 Junho)	4	2 ECIN (5 elementos)
		1 SF 13-182 (5 elementos)
		1 EMIF 11 (5 elementos)
		1 SF 01-182 (5 elementos)
		1 SF 02-182 (5 elementos)
		1 SEPNA (2 elementos)
		GNR (2 equipas / 8 elementos)
		PSP
		PV 64-01 – Vale de Água
		PV 64-03 – Gavião
CHARLIE (1 Julho – 30 Setembro)	10	PV 65-01 – São Simão
		PV 65-02 – São Mamede
		PV 65-03 – Alter Pedroso
		4 ECIN (5 elementos)
		1 SF 13-182 (5 elementos)
		1 EMIF 11 (5 elementos)
		1 SF 01-182 (5 elementos)
		1 SF 01-182 (5 elementos)
		1 SEPNA (2 elementos)
		GNR (2 equipas / 8 elementos)
DELTA (1 Outubro – 31 Outubro)	4	PSP
		PV 64-01 – Vale de Água
		PV 64-03 – Gavião
		PV 65-01 – São Simão
		PV 65-02 – São Mamede
ECHO (1 Novembro – 31 Dezembro)	0	PV 65-03 – Alter Pedroso
		1 SEPNA (2 elementos)
		1 SF 13-182 (5 elementos)
		1 EMIF 11 (5 elementos)
		1 SF 01-182 (5 elementos)
		1 SF 02-182 (5 elementos)

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

b) 1ª Intervenção

O objectivo dos mapas representados nas **Figuras n.º 29 e 30**, consiste na análise sobre o tempo de resposta, por rede viária, das equipas de 1ª Intervenção a partir do Quartel dos Bombeiros e dos LEE (Locais Estratégicos de Estacionamento). Para isso, foi tomada como base de enquadramento, o limite do concelho, os pontos de partida e um limite de 50 Km ao centro do concelho garantindo a inclusão de todas as ligações da rede pertencente ao Município de Portalegre.

Figura n.º 29 – 1ª Intervenção (Potencial do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção a partir do Quartel dos Bombeiros) do Concelho de Portalegre

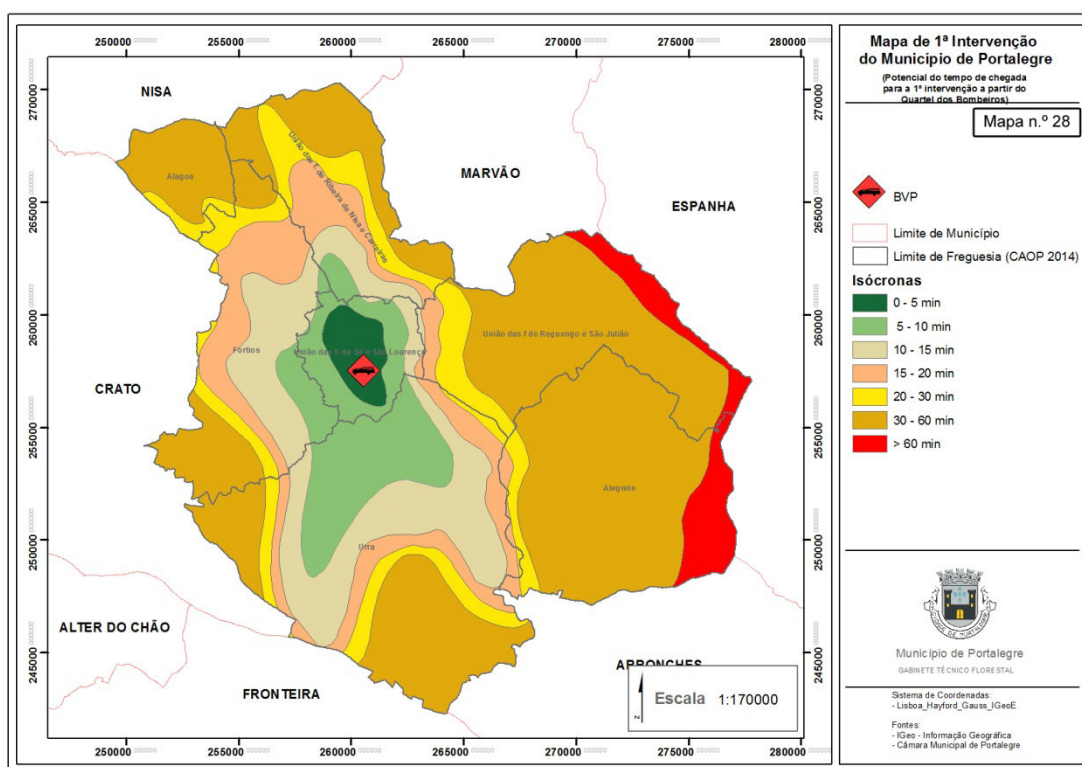
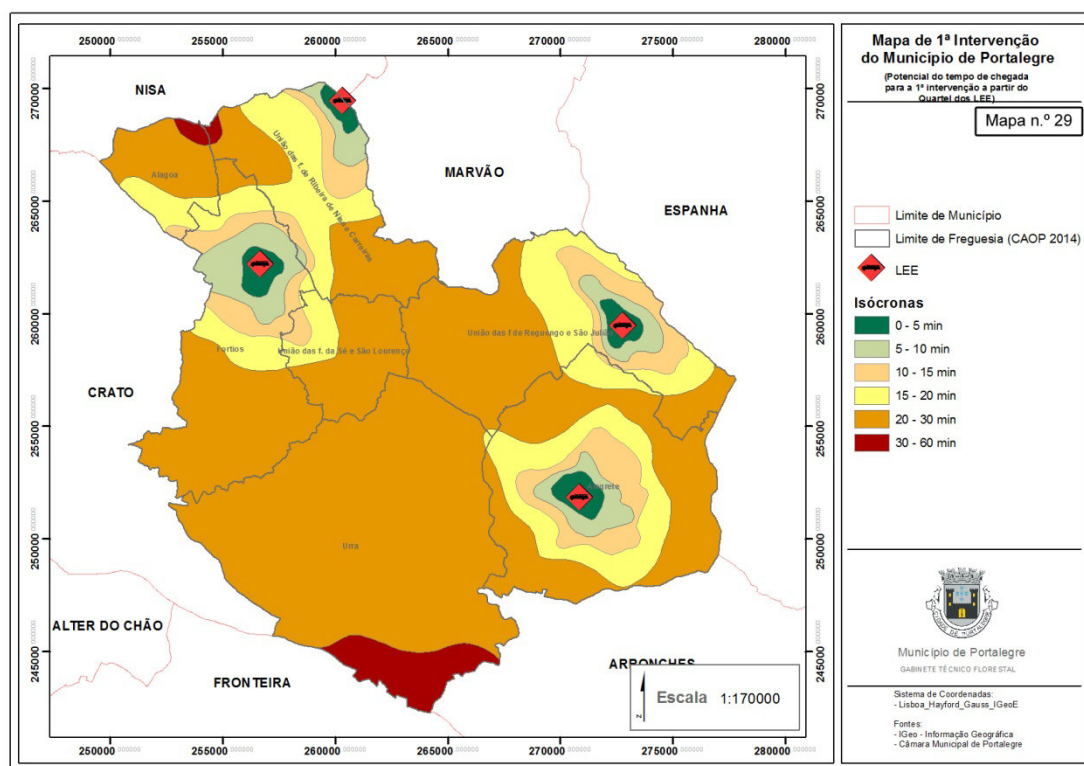


Figura n.º 30 – 1ª Intervenção (Potencial do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção a partir dos LEE) do Concelho de Portalegre



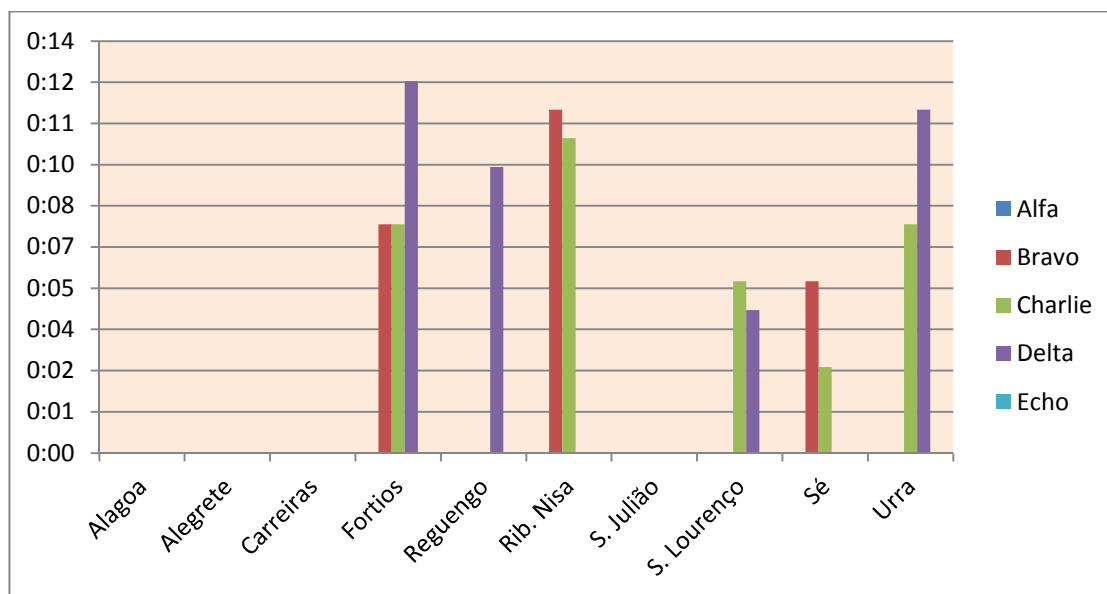


Quadro n.º 14 – Equipas e Número de Elementos de 1ª Intervenção nas Diferentes Fases de Perigo

Equipas / N.º de Elementos					
Incêndios 2012	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
2012120000031	1 FEB/4 ; 1 ECIN/5				
2012120001370	2 FEB/6 ; 1 ECIN/5				
2012120001635	2 FEB/7; 1 ECIN/5				
2012120001668	2 FEB/7; 1 ECIN/5				
2012120001671	2 FEB/7; 1 ECIN/5				
2012120002042	2 FEB/7; 1 ECIN/5				
2012120002060	2 FEB/7; 1 ECIN/5				
2012120002346	2 FEB/8; 1 ECIN/5				
2012120002430	1 FEB/4; 2 ECIN/10				
2012120003113	1 FEB/3; 1 ECIN/5				
2012120003491	2 FEB/10; 1 ECIN/5				
2012120003569	1 ECIN/3				
2012120003572	1 ECIN/3				
2012120004296	1 ECIN/5				
2012120005074	1 FEB/5; 1 ECIN/5				
2012120007343		2 FEB/8; 1 ECIN/5			
2012120007347		1 ECIN/5			
2012120007629		1 FEB/5; 1 ECIN/5			
2012120008675		1 FEB/5			
2012120009426			2 ECIN/10; SF13/5; SF01/5; SF02/4		
2012120009707			2 ECIN/10; SF13/5; SF01/5; SF02/5		
2012120009880			3 ECIN/15; SF13/5; SF01/5; SF02/4		
2012120009934			1 FEB/8; SF13/5; SF01/5; SF02/4; 4 ECIN/20		
2012120010203			4 ECIN/20; SF13/5; SF01/5; SF02/4		
2012120010291			1 ECIN/5		
2012120011215			3 ECIN/15; SF13/5; SF01/5; SF02/4		
2012120013225			3 ECIN/15; SF13/5; SF01/5; SF02/4		
2012120013634			1 FEB/8; SF13/5; SF01/5; SF02/4; 3 ECIN/15		
2012120014625			1 ECIN/5; SF13/5; SF01/5; SF02/4		
2012120015213				2 FEB/10; 1 ECIN/5; SF13/5; SF01/5; SF02/4	
2012120015244				1 ECIN/5	
2012120015293				2 FEB/8; 1 ECIN/5	
2012120015297				2 FEB/9; 2 ECIN/10	

Fonte: CDOS de Portalegre

**Gráfico n.º 1 – Valor Médio por Freguesia do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção,
no Ano de 2012**



Fonte: CDOS Portalegre

c) Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio

Não existem dados disponíveis no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Portalegre sobre o número de reacendimentos.

Os incêndios no concelho de Portalegre desde o ano 2002, com excepção do ano de 2003, têm sido incêndios cujas áreas ardidas são relativamente baixas e os reacendimentos surgem na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio, sendo incorporados na ocorrência inicial.

4.3.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO

a) Metas e Indicadores

Quadro n.º 15 – Propostas de Acções de Sensibilização

			Indicadores				
Fase de Perigo	Acção	Metas	2015	2016	2017	2018	2019
ALFA BRAVO CHARLIE DELTA ECHO	Vigilância e Detecção	Reduzir o n.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	< 20	< 20	< 20	< 20	< 20
		Detectar precocemente os focos de incêndio					
	1ª Intervenção	Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	< 20 minutos	< 20 minutos	< 20 minutos	< 20 minutos	< 20 minutos
		Dominar incêndios emergentes					
	Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio	Evitar reacendimentos	1	1	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

As acções referidas no **Quadro n.º 15**, têm como objectivo a diminuição do número de ocorrências, assim como, a área ardida no concelho. Para o cálculo dos indicadores de vigilância e detecção teve-se em consideração a média do número de ocorrências e da área ardida dos últimos dez anos.



b) Orçamento e Responsáveis

Quadro n.º 16 – Orçamento e Responsáveis referentes ao 3º Eixo Estratégico

Estimativa Orçamental (€)							
Ação	Metas	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Detecção	Reduzir o n.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	CMP / GNR / PSP / BVP / APAFNA / APFDP	7.000,00	7.350,00	7.717,00	8.103,00	8.508,00
	Detectar precocemente os focos de incêndio	CMP / GNR / PSP / BVP / APAFNA / APFDP	1.000,00	1.050,00	1.102,00	1.157,00	1.215,00
1ª Intervenção	Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	CMP / BVP / APAFNA / APFDP	1.000,00	1.050,00	1.102,00	1.157,00	1.215,00
	Dominar incêndios emergentes	CMP / BVP / APAFNA / APFDP	1.000,00	1.000,00	2.000,00	8.000,00	3.000,00
Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio	Evitar reacendimentos	CMP / BVP / APAFNA / APFDP	2.500,00	2.625,00	2.756,00	2.894,00	3.038,00
Total			12.500,00	22.075,00	14.677,00	35.988,00	16.976,00

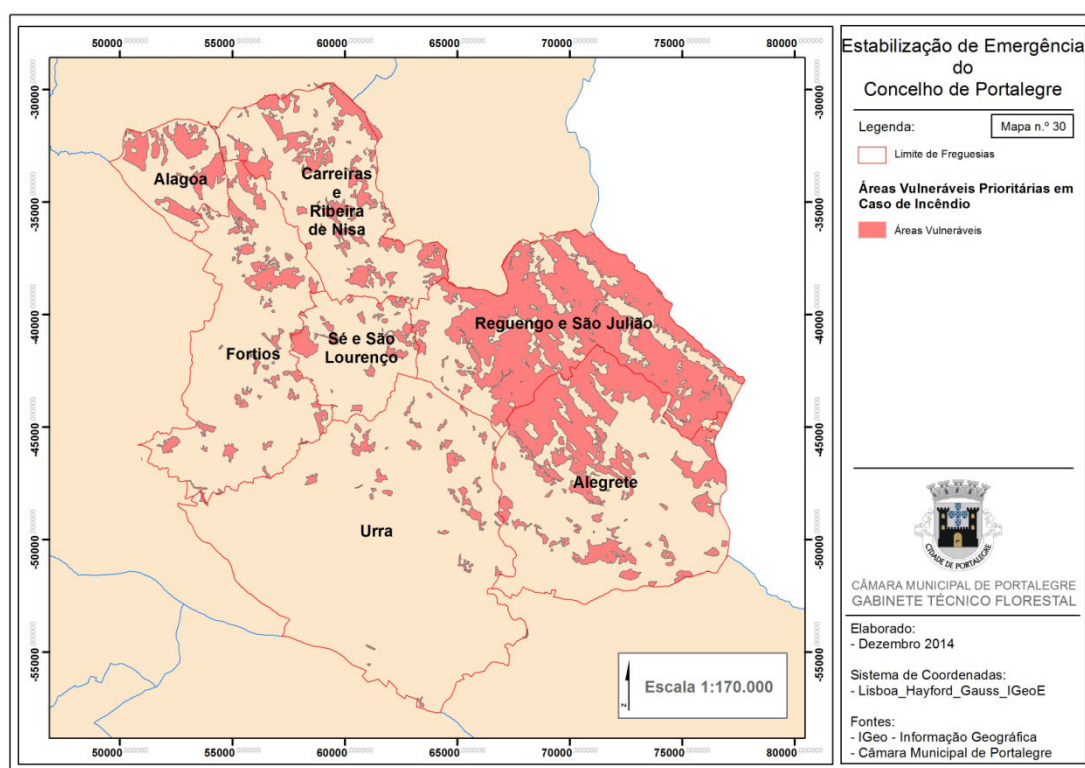
Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

4.4.1. AVALIAÇÃO

a) Estabilização de Emergência e Reabilitação de Povoamentos

Figura n.º 31 – Estabilização de Emergência (Áreas Vulneráveis Prioritárias em Caso de Incêndio) do Concelho de Portalegre



4.4.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 4º EIXO ESTRATÉGICO

a) Estabilização de Emergência e Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o grande objectivo que se pretende atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo, os objectivos operacionais que se pretendem alcançar no presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A importância e a urgência da intervenção na recuperação das áreas ardidas têm sido especialmente reconhecidas após a dimensão dos incêndios dos últimos anos. As grandes extensões afectadas, a nova geografia do fogo (que atingiu áreas pouco afectadas em anos anteriores), e o incipiente conhecimento técnico e científico utilizável para a posterior gestão dessas áreas ardidas fez com que surgissem diversas iniciativas privadas e públicas, de que se destaca a criação do Conselho Nacional de Reflorestação e das correspondentes Comissões Regionais.

Após a ocorrência de um incêndio há todo um conjunto de efeitos que se manifestam na mancha ardida, assim como em toda a sua área envolvente. Desta forma, torna-se premente abordar a questão dos incêndios no que diz respeito aos efeitos nos povoamentos florestais, aos efeitos no solo e no regime hídrico e aos efeitos na dinâmica dos ecossistemas.

Efeitos nos Povoamentos

A consequência mais drástica que pode ocorrer nos povoamentos florestais consiste na morte da totalidade das árvores do povoamento, no entanto nem sempre é esta a realidade verificada, uma vez que a mortalidade causada pela passagem do fogo pode atingir apenas uma parte do arvoredo. Outra consequência dos incêndios num povoamento prende-se com o aparecimento de pragas e doenças.

Efeitos no Solo e no Regime Hídrico

Os efeitos do fogo no solo e no regime hídrico podem ser directos, derivados da combustão da folhada e da matéria orgânica, e indirectos, derivados do desaparecimento do coberto vegetal. No primeiro caso, os efeitos traduzem-se principalmente na mineralização da matéria orgânica presente no solo, a qual faz com que o solo fique temporariamente enriquecido em nutrientes sob a forma mineral, logo facilmente utilizados pelas plantas.

No entanto, com a chegada das primeiras chuvas inicia-se o arrastamento superficial e em profundidade destes nutrientes até níveis fora do alcance das plantas, o que afecta consideravelmente a fertilidade do solo. Embora inicialmente se verifique um aumento de nutrientes disponíveis, o balanço global em termos de fertilidade é bastante negativo, já que enquanto não houver a reposição de uma parte significativa da matéria orgânica, não há a possibilidade de se restituir ao solo os nutrientes utilizados pelas plantas que aí venham a existir (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

Por sua vez, o desaparecimento total do coberto vegetal acelera o processo erosivo do solo. Esse processo é tanto maior quanto maior for o declive e quanto mais exposto ficar o solo após o incêndio. Da mesma maneira, o regime hídrico é alterado, dado que a quantidade de água que se infiltra no solo passa a ser menor, devido ao maior escoamento superficial e evaporação verificados (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

De uma forma geral, os danos ambientais derivados pela passagem do fogo são a erosão superficial e a alteração físico-química dos solos, a diminuição da capacidade de infiltração, a redução do tempo de concentração e o conseqüente aumento do caudal de cheia, bem como o aumento do risco de desabamento de terra.

Uma forma de se tentar contrair a erosão dos solos consiste em colocar ramos queimados perpendicularmente ao máximo declive, apoiados pelos cepos das árvores abatidas. Contudo, outras técnicas podem ser consideradas, nomeadamente Técnicas de Engenharia Natural que compreendem um conjunto de técnicas e práticas que utilizam plantas vivas, preferencialmente autóctones, como elemento do processo construtivo, juntamente ou não com outros materiais (pedra, madeira, metal), no domínio da restauração ambiental. Estas técnicas consistem na:

- Abertura de valas no sentido das curvas de nível e posterior cobertura com material orgânico (faxinas);
- Construção de pequenas represas, com pedras ou outros materiais, de forma a permitir a infiltração da água no local e retenção de minerais (barragens de correcção torrencial);
- Utilização de sementeira aérea ou terrestre, com cobertura do solo com material vegetal de forma a se conseguir uma menor perda de solo, bem como estruturas de suporte e estabilização de taludes (muros de vegetação).

Efeitos no Funcionamento dos Ecossistemas

De certa forma, é do senso comum entender-se o fogo como um fenómeno destrutivo, não natural, e associado às actividades humanas, talvez porque leva ao desaparecimento imediato de inúmeras espécies de plantas e animais numa dada área. Contudo, para se avaliar os efeitos deste fenómeno na diversidade biológica do ecossistema, há que se analisar o processo de reconolização do espaço a médio/longo prazo, e comparar a comunidade que se desenvolve (pós-fogo) com a inicial (pré-fogo), atendendo ao número de espécies existentes

(riqueza florística, se estivermos a considerar a vegetação) e à abundância relativa dos indivíduos de cada espécie.

Para as condições predominantemente mediterrânicas de Portugal Continental assiste-se a uma elevada resiliência em relação à passagem do fogo, os quais são caracterizados por ocorrerem em intervalos de tempo curtos (> 20 anos) e de baixa severidade, conferindo pouco impacto na composição das comunidades, sendo estas dominadas predominantemente por plantas tolerantes ao fogo. Esta capacidade é o resultado de milhões de anos de evolução adaptativa, o que levou à criação de diversas adaptações no sentido de se garantir a perpetuidade das espécies e formações vegetais. No entanto, a sucessão natural de espécies vegetais depende em grande medida da qualidade da estação em causa, uma vez que, estações mais férteis reúnem condições para uma recuperação mais rápida da vegetação (SILVA, 2002).

Assim, com base nas medidas legislativas em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril) torna-se legalmente obrigatório proceder-se à rearborização das áreas ardidas, salvo situações em que essa não seja a prática mais adequada para o uso do solo ou se a situação económica do proprietário não o permitir, obrigatoriedade que coloca em segundo plano a recuperação natural destas áreas.

Com base nas indicações enunciadas no PROF do Alto Alentejo, as espécies mais indicadas para a região onde se insere o Concelho de Portalegre, nomeadamente na Sub-região Homogénea Serra de São Mamede são, o sobreiro, a azinheira, o carvalho-negral e o castanheiro, podendo ainda serem consideradas as espécies: Amieiro, freixo, medronheiro, cerejeira-brava, acer, carvalho-americano, salgueiro, tília e o carvalho-cerquinho. Após seleccionadas as espécies, no momento da rearborização deverão ser adoptadas as medidas de silvicultura preventiva estipuladas pelo Conselho Nacional de Reflorestação (2005), com o objectivo de se garantir a existência de manchas de descontinuidade, de se dificultar a progressão dos fogos, de se diminuir os danos causados nas árvores, facilitando assim as tarefas das diversas equipas intervenientes na Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município.

Intervenções a Utilizar na Recuperação de Áreas Ardidas

O período imediatamente após a passagem do fogo, é crucial, pois a perda de solo verificada nos 3 meses seguintes é deveras maior do que a perda de solo verificada nos anos posteriores. Deste modo, no que respeita à preservação do solo, a celeridade é essencial para a diminuição da perda de nutrientes e da erosão, objectivo que pode ser atingido através da criação de condições para a infiltração da água no solo e de barreiras que possibilitem a acumulação de cinza. A redução do caudal de cheia e o consequente aumento do tempo de

concentração é possível, recorrendo a técnicas de Engenharia Natural, como já mencionado anteriormente, as denominadas barragens de correcção torrencial.

No caso de reconversão florestal do eucaliptal, o ideal será adiar a operação de remoção das toijas até ao Verão seguinte, com o objectivo de se garantir uma cobertura vegetal mínima que proteja o solo da erosão. Em povoamento de resinosas (pinheiro-bravo, pinheiro-manso, pinheiro-silvestre, pseudotsuga, entre outras) e/ou eucaliptos devem ser cortadas todas as árvores cuja copa se encontre completamente afectada. Em povoamentos de folhosas caducifólias (freixo, choupo, bétula, carvalho-cerquinho e carvalho-negral) e não caducifólias (sobreiro e azinheira) deve deixar-se passar uma Primavera para um diagnóstico rigoroso do estado das árvores, antes de se decidir sobre a sua remoção. Também se deve considerar a possibilidade de se efectuar uma extracção selectiva, não se removendo as árvores queimadas em zonas altamente susceptíveis à erosão (como por exemplo, em zonas de grandes declives, ou em solos mais propensos à erosão).

Os projectos de rearboreção e silvicultura preventiva deverão ser resultado de uma avaliação das funções dos espaços florestais e dos modelos de silvicultura, de organização territorial e de infraestruturação mais adaptados a cada um dos casos, os quais deverão ser definidos com base nas avaliações do efeito do fogo nos ecossistemas e da potencialidade das estações; na integração das condicionantes socio-territoriais, incluindo as decorrentes dos planos municipais, planos florestais e planos especiais, para além da legislação geral, e do conhecimento da vontade e das expectativas dos proprietários (Conselho Nacional de Reflorestação, 2005).

O **Quadro n.º 17** evidencia a calendarização de algumas intervenções aplicadas na recuperação de áreas aridas:

Quadro n.º 17 – Calendarização das Intervenções na Recuperação de Áreas Ardidas

Intervenções na Recuperação de Áreas Ardidas										Periodicidade Após Ocorrência do Incêndio																																									
										Ano 1												Ano 2												Ano 3																	
										J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D						
Remoção do Material Lenhoso Queimado																																																			
Resinosas																																																			
Eucalipto																																																			
Outras Folhosas																																																			
Utilização de Técnicas de Engenharia Natural																																																			
Protecção e Revestimento do Solo																																																			
Estabilização de Taludes																																																			
Barragens de Correção Torrencial																																																			
Projectos de Rearborização e Silvicultura Preventiva																																																			

Ex.: Mês de Ocorrência de Incêndio

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre



4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO – ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

4.5.1. AVALIAÇÃO

a) Formação

Quadro n.º 18 – Identificação das Necessidades de Formação

Grupo Alvo	Necessidade Formativa
Técnicos GTF	Especialização em SIG
	Incrementar conhecimentos de utilização de diferentes técnicas florestais
	Formação Anual
Equipas de 1ª Intervenção	Formação de Combate a Incêndios Florestais
	Técnicas de utilização de Motosserra
	Técnicas de utilização de Moto-roçadoura
	Formação sobre Sistemas de Vigilância Municipal
Produtores Agrícolas e Florestais	Utilização de extintores de pó químico seco
	Formação sobre SNDFCI

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

4.5.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO ESTRATÉGICO

a) Organização SDFCI

Quadro n.º 19 – Entidades Intervenientes no SDFCI

Competências Gerais				Entidades		Competências Significativas	
Comissão Municipal de Defesa da Floresta							
Articular a actuação dos diferentes organismos com diferentes competências	Definir procedimentos e prioridades de monitorização e revisão do PMDFCI e do POM	Desenvolver acções de sensibilização da população	Elaborar o PMDFCI e o POM e garantir a sua revisão anual dentro do prazo de vigência dos mesmos	Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais	Garantir o cumprimento das propostas na CMDF	Câmara Municipal	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete e pelas acções de sensibilização, fiscalização e vigilância/detecção do Município.
						Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Coordenação das acções de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infraestruturação; Registo cartográfico das áreas ardidas.
						Juntas de Freguesia	Alertar a CMDF acerca de alterações/actualizações que devam ser feitas no PMDFCI e no POM.
						Corpo de Bombeiros	Responsáveis pela vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.
						GNR	Coordenação das acções de prevenção operacional relativas à vigilância, detecção e fiscalização; Manutenção do SGIF.
						PSP	Coordenação das acções de prevenção operacional relativas à vigilância, detecção e fiscalização.
						APFDP – Associação de Produtores Florestais do Distrito de Portalegre	Prestar apoio técnico nas operações de gestão de combustíveis.
						APAFNA – Agrupamento dos Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejo	Prestar apoio técnico nas operações de gestão de combustíveis.
Outras Entidades							
						EDP	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete.
						REN	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete.
						Estradas de Portugal – EP	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete.
						INAG	Responsável pela manutenção das redes de pontos de água da sua competência.
						Proprietários Privados	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete.
							Responsável pela manutenção das redes de pontos de água da sua competência.
							Vigilância e detecção.
ANPC	Coordenação das acções de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.						

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

Quadro n.º 20 – Estimativa Orçamental do Programa de Formação

		Estimativa Orçamental (€)				
Grupo Alvo	Necessidade Formativa	2015	2016	2017	2018	2019
Técnicos GTF	Especialização em SIG	500,00	1.000,00	500,00	500,00	1.000,00
	Incrementar conhecimentos de utilização de diferentes técnicas florestais					
	Formação Anual					
Equipas de 1ª Intervenção	Formação de Combate a Incêndios Florestais					
	Técnicas de utilização de Motosserra					
	Técnicas de utilização de Moto-roçadoura					
	Formação sobre Sistemas de Vigilância Municipal					
Produtores Agrícolas e Florestais	Utilização de extintores de pó químico seco					
	Formação sobre SNDFCI					
Total		500,00	1.000,00	500,00	500,00	1.000,00

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

No sentido de se adoptar uma estrutura orgânica funcional e eficaz para a protecção das áreas florestais, das pessoas e dos seus bens, é essencial a existência de uma organização a nível Municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, protecção e socorro. Neste sentido, é fundamental que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) seja operacional e que consiga fomentar e implementar operações de DFCI, garantindo, ao mesmo tempo, todo o apoio técnico e logístico necessário.

No Município de Portalegre, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) funciona sob coordenação da Presidente da Câmara Municipal.

Para cumprir os objectivos propostos a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) irá reunir-se pelo menos 4 vezes por ano como previsto no PNDFCI e na Resolução de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio. Essas reuniões permitirão compilar informação periódica no sentido de se criar um plano operacional sectorial para cada entidade interveniente no PMDFCI do Município de Portalegre.



Quadro n.º 21 – Cronograma de Reuniões da CMDF

Reuniões	Temas
1º Trimestre	Análise dos incêndios ocorridos no ano anterior
2º Trimestre	Elaboração / Aprovação do POM
3º Trimestre	Ações recomendáveis durante o período crítico
4º Trimestre	Plano dos sapadores florestais

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

A existência anual de um Plano Operacional Municipal (POM), permitirá fazer-se frente, de uma forma ágil e coordenada, ao problema dos incêndios florestais, sendo considerado um plano dinâmico e interactivo, dando uma melhor perspectiva de DFCI no concelho, servindo ainda, para a estruturação dos relatórios de vigilância a desenvolver pela CMDF. A data anual da aprovação do POM não se deve estender para além do dia 15 de Abril.

O período de vigência do PMDFCI é de 5 anos.

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

5.1. ORÇAMENTO TOTAL

O presente capítulo resulta da compilação dos valores orçamentais previstos para cada eixo estratégico, com o qual se pretende desenvolver as actividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada acção, verificando-se, no entanto, ausência de valores para o 4º Eixo Estratégico.

Quadro n.º 22 – Síntese de Estimativa do PMDFCI por Eixo Estratégico

Estimativa Orçamental (€)					
Eixo Estratégico	2015	2016	2017	2018	2019
1º Eixo Estratégico	12.864.933,6	12.649.261,9	12.340.915,9	12.438.959,0	12.459.128,6
2º Eixo Estratégico	4.500,00	4.746,00	4.980,00	5.227,00	5.490,00
3º Eixo Estratégico	12.500,00	22.075,00	14.677,00	35.988,00	16.976,00
4º Eixo Estratégico	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
5º Eixo Estratégico	500,00	1.000,00	500,00	500,00	1.000,00
Total /Ano	12.882.433,60	12.677.082,90	12.361.072,90	12.480.674,00	12.482.594,60
				Total do PMDFCI	62.883.858,00

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

6. ANEXO - CARTOGRAFIA

- Mapa n.º 1 – Modelos de Combustíveis Florestais do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 2 – Velocidade de Propagação em Ambiente de Fogo Baixo
- Mapa n.º 3 – Velocidade de Propagação em Ambiente de Fogo Médio
- Mapa n.º 4 – Velocidade de Propagação em Ambiente de Fogo Alto
- Mapa n.º 5 – Intensidade da Frente em Ambiente de Fogo Baixo
- Mapa n.º 6 – Intensidade da Frente em Ambiente de Fogo Médio
- Mapa n.º 7 – Intensidade da Frente em Ambiente de Fogo Alto
- Mapa n.º 8 – Ignição do Copado em Ambiente de Fogo Baixo
- Mapa n.º 9 – Ignição do Copado em Ambiente de Fogo Médio
- Mapa n.º 10 – Ignição do Copado em Ambiente de Fogo Alto
- Mapa n.º 11 – Dificuldade de Rescaldo em Ambiente de Fogo Baixo
- Mapa n.º 12 – Dificuldade de Rescaldo em Ambiente de Fogo Médio
- Mapa n.º 13 – Dificuldade de Rescaldo em Ambiente de Fogo Alto
- Mapa n.º 14 – Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 15 – Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 16 – Prioridades de Defesa do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 17 – Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 18 – Rede Viária Florestal do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 19 – Rede de Pontos de Água do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 20 – Silvicultura no Âmbito da DFCI do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 21 – Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA Concelho de Portalegre - 2013
- Mapa n.º 22 – Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA Concelho de Portalegre - 2014
- Mapa n.º 23 – Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA Concelho de Portalegre - 2015
- Mapa n.º 24 – Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA Concelho de Portalegre - 2016
- Mapa n.º 25 – Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA Concelho de Portalegre - 2017
- Mapa n.º 26 – Zonas Prioritárias de Fiscalização do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 27 – Vigilância e Detecção do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 28 – 1ª Intervenção (Potencial do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção a partir do Quartel dos Bombeiros) do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 29 – 1ª Intervenção (Potencial do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção a partir dos LEE) do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 30 – Estabilização de Emergência (Áreas Vulneráveis Prioritárias em Caso de Incêndio) do Concelho de Portalegre
- Mapa n.º 31 – Rede Primária e Rede Secundária do concelho de Portalegre